

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Catálogo colectivo científico-técnico de Angola (C3TA)

Por disposição legal (Art. 13.º da Portaria n.º 17994, B. O. de Angola, I Série, n.º 233, de 2 de Outubro de 1971) a organização deste catálogo compete ao Sector de Catálogos Colectivos do Centro de Documentação Científica do Instituto de Investigação Científica de Angola.

A elaboração do Catálogo Colectivo está baseada no artigo de Silvère Willemin «Technique des Catalogues Collectifs. Guide pratique», publicado no *Bull. Unesco Bibl.*, vol. 20, n.º 1, 1966, e obedece ao seguinte plano:

1 *Definição*

O Catálogo Colectivo é um inventário comum a várias bibliotecas, contendo a totalidade ou uma parte das suas publicações, registadas numa só ou em várias ordenações (de Silvère Willemin).

2 *Funções*

- 2.1 Localização de publicações.
- 2.2 Informação bibliográfica referente a autores.
- 2.3 Conhecimento dos recursos bibliográficos de Angola.
- 2.4 Promoção de uma melhoria da técnica de catalogação dos participantes pela adopção de regras e normas comuns.
- 2.5 Preparação de condições para uma coordenação das aquisições.

3 *Âmbito geográfico*

- 3.1 Provincial (tipo regional).
- 3.2 Participante no Catálogo Colectivo das Bibliotecas Portuguesas (CCBP).

4 *Organismos participantes*

- 4.1 Bibliotecas especializadas e centros de documentação dos serviços públicos e empresas privadas de Angola.
- 4.2 Fundos científicos e técnicos das bibliotecas não especializadas de Angola.

5 *Natureza dos documentos referenciados*

Todas as formas físicas de documentos, desde que se insiram no âmbito temático do catálogo colectivo.

6 *Âmbito cronológico*

- 6.1 Bibliografia corrente adquirida a partir da data de início da participação no Catálogo Colectivo.

- 6.2 Existência total dos periódicos.
- 6.3 Existência total de obras de referência.
- 6.4 Bibliografia retrospectiva na medida das possibilidades dos participantes, tendendo para a exaustividade.

7 *Âmbito temático*

Toda a bibliografia científica e técnica existente em Angola.

8 *Siglas dos organismos participantes*

Adopta-se a letra A seguida do número de ordem do organismo na integração no Catálogo Colectivo.

9 *Formato das fichas*

Adoptado o formato internacional 7,5 × 12,5, devendo a disposição gráfica dos elementos obedecer à norma P-586 Fichas bibliográficas ou, futuramente, à sua redacção definitiva.

10 *Regras catalográficas*

Todos os participantes devem utilizar o «Código de Catalogação Anglo-Americano», Brasília, 1969, enquanto não forem publicadas as regras portuguesas.

11 *Método de participação no Catálogo Colectivo*

11.1 Cada participante envia de 1 a 10 de cada mês as fichas referentes às entradas de publicações do mês anterior, em embalagem com endereço próprio e acompanhadas da ficha de controle da remessa.

11.2 O Catálogo Colectivo acusa a recepção das fichas recebidas e escolhe para o ficheiro dos livros a melhor ficha em caso de afluírem várias referentes ao mesmo livro.

11.3 Para o ficheiro dos periódicos, cada participante envia lista dos periódicos que possui, com discriminação do estado das colecções e listas mensais dos periódicos entrados.

12 *Ordenação das fichas*

Ordem alfabética de autores para o ficheiro de livros e ordem alfabética de títulos para o ficheiro de periódicos.

13 *Ficheiros do Catálogo Colectivo*

13.1 Ficheiro de autores individuais. Referencia todas as obras que têm por autor uma pessoa física.

13.2 Ficheiro de colectividades-autores. Referencia todas as obras que tem por autor uma entidade colectiva.

13.3 Ficheiro de títulos. Referencia todas as obras anónimas propriamente ditas e as que têm mais de três autores.

13.4 Ficheiro de periódicos. Referencia todos os periódicos e, para cada um deles, o estado da colecção existente em cada organismo participante.

13.5 Ficheiro de obras de referência. Referencia todas as obras de referência existentes em cada organismo participante.

14 *Controle dos envios de fichas*

14.1 Cada participante deve enviar fichas só uma vez por mês, até ao dia 10.

14.2 Conferir todas as remessas de fichas.

14.3 Se não houver regularidade nos envios, lembrar aos participantes em falta o compromisso assumido e pedir uma justificação.

14.4 Examinar a situação geral uma vez por ano.
14.5 Construir um gráfico da progressão do Catálogo Colectivo e da de cada participante.

14.6 Vigiar o aspecto gráfico das fichas.

15 *Técnica de ordenação das fichas*

15.1 Carimbar com a sigla.

15.2 Ao receber cada remessa de fichas, distribuí-las por grupos correspondentes aos vários ficheiros.

15.3 Conferir a exactidão dos encabeçamentos.

15.4 Intercalar, seleccionando a melhor ficha em caso de mais de um exemplar.

16 *Publicação do Catálogo Colectivo*

Possível a do ficheiro de periódicos, mas considerada ainda prematura.

17 *Utilização do Catálogo Colectivo*

17.1 Promover as consultas pelo telefone, sem prejuízo das que se façam pessoalmente.

17.2 Registar todos os pedidos recebidos.

17.3 Indicar todas as fontes em que uma obra se encontra para que o utilizador escolha a que mais lhe convier.

18 *Empréstimo interbibliotecário*

A encarar quando a fase de arranque for ultrapassada. Regular muito cuidadosamente a sua prática.

19 *Informação bibliográfica*

No âmbito do Catálogo Colectivo, e dadas as características deste, deve incidir apenas sobre buscas baseadas no autor e no título. A busca por assuntos é da competência do sector de Informação Documental.

20 *Coordenação das aquisições*

Insera-se num plano mais vasto, sendo componente de um sistema de cooperação que encobre muitos outros aspectos. O Catálogo Colectivo deve, neste aspecto, fornecer elementos de estudo e, depois, um controle de coordenação.

21 *Planificação dos fundos bibliográficos*

Em princípio caberá ao Sector de Distribuição e Permuta. Pode-se encarar, no entanto, a hipótese de, quando o regulamento do Centro de Documentação Científica for revisto, se integrem as funções daquele Sector no Catálogo Colectivo.

22 *Instalações*

Sala de 7 x 7 dividida em zona de trabalho e zona de consulta.

23 *Equipamento*

Mobiliário, material e demais equipamento técnico satisfazendo as exigências de serviço para o pessoal e para os utilizadores.

24 *Pessoal*

Previstas três unidades do quadro do CDC, das quais uma já em serviço, designada como responsável. Colaboração, enquanto necessário, de um consultor técnico.

25 *Estatísticas*

- 25.1 Fichas integradas no Catálogo Colectivo de livros.
- 25.2 Fichas integradas no Catálogo Colectivo de periódicos.
- 25.3 Fichas integradas no Catálogo Colectivo de obras de referência.
- 25.4 Pedidos atendidos.

Os trabalhos do Catálogo Colectivo, iniciados em Janeiro de 1972, estão sob a direcção do Dr. Adelino de Almeida Calado, chefe do Centro de Documentação Científica do Instituto de Investigação Científica de Angola, coadjuvado pelo bibliotecário-documentalista Delmonte de Vasconcelos, do Quadro Comum do Ministério do Ultramar, como consultor técnico.

O Catálogo Colectivo conta, presentemente, com os organismos participantes a seguir indicados com as respectivas siglas:

Instituto de Investigação Científica de Angola	A 1
Junta Provincial do Povoamento	A 2
Direcção Provincial dos Serviços de Agricultura e Florestas	A 3
Direcção Provincial dos Serviços de Veterinária	A 4
Centro de Informação e Turismo de Angola	A 5
Direcção Provincial dos Serviços de Estatística	A 6
Banco de Angola	A 7
Laboratório de Engenharia de Angola	A 8
Direcção Provincial dos Serviços de Geologia e Minas	A 9
Direcção Provincial dos Serviços de Comércio	A 10
Junta Provincial de Electrificação de Angola	A 11
Universidade de Luanda	A 12
Direcção Provincial dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes	A 13
Direcção Provincial dos Serviços das Alfândegas de Angola	A 14
Junta Autónoma das Estradas de Angola	A 15
Instituto de Investigação Veterinária de Angola	A 16
Biblioteca Nacional de Angola	A 17

O Catálogo Colectivo aguarda dentro de curto prazo a participação de outros organismos que solicitaram a sua adesão.

Quaisquer informações a fornecer pelo Catálogo Colectivo Científico-Técnico de Angola poderão ser obtidas por pedido dirigido ao:

Sector de Catálogos Colectivos
 Centro de Documentação Científica do Instituto de Investigação Científica de Angola — C. P. 3244 — LUANDA. (DELMONTE DE VASCONCELOS)

Morreu Ranganathan!

A 27 de Setembro de 1972, em Bangalore, na Índia, morreu Padm Sri Shiyali Ramamrita Ranganathan, uma das principais figuras das técnicas documentais do nosso século. Nascido a 9 de Agosto de 1892, Ranganathan veio do campo das matemáticas, pois foi professor de Matemática na Universidade de Madrastra, para o da biblioteconomia.

Não vamos agora fazer uma análise da sua obra, em especial da sua *Colon Classification*, tanto mais que ela em Portugal já foi dada a conhecer através de um trabalho que a nossa colega Maria Luísa Saavedra Machado publicou no *Arquivo de bibliografia portuguesa*, Coimbra, 8(29/32) Jan.-Dez. 1962, p. 5-20, intitulado precisamente — «A classificação colon».

Por hoje só nos queremos referir às célebres *cinco leis* que Ranganathan enunciou e que tanto, ao tempo, revolucionaram as concepções biblioteconómicas.

As *leis* diziam:

1^a — *Os livros são para se usarem* — Portanto acabou o conceito de *conservação* em benefício do da *difusão*, pelo que o bibliotecário deixou de ser o *conservador* para passar a ser o elemento dinâmico e activo, de grande valor social.

2 — *A cada leitor o seu livro.*

3 — *Cada livro para o seu leitor.*

Estes dois conceitos vêm afirmar que as bibliotecas vivem para que os seus livros sejam utilizados e que o seu elemento preponderante e decisivo é o leitor. Afirmar por outro lado que a educação é para todos e não apenas para uns tantos privilegiados.

4 — *Poupe o tempo do leitor.*

Como a biblioteca tem de estar toda voltada para o seu principal elemento — o *leitor* — este não pode perder tempo com más organizações, que o enfadem e molestem. A biblioteca tem, pois, de possuir toda uma comodidade e um poupar de tempo que é uma das grandes condições do seu sucesso.

5 — *A biblioteca é um organismo em constante desenvolvimento.*

Quer dizer que ela é um organismo vivo e que tem de estar atenta à própria vida, ao meio social em que se integra e que serve para assim poder corresponder ao que a sociedade dela espera, pelo que terá de fazer-se a sua actividade em termos de planeamento, de divisão de trabalho.

Evidentemente que estas verdades nos parecem hoje em dia cominhas. Mas quando elas foram proferidas representaram uma autêntica *viragem* na história das bibliotecas. E afinal elas não são assim tão banais — e infelizmente! — que não as vejamos ainda repetidas e com sucesso... É que aquelas *cinco leis* ainda não entraram na cabeça de todos os responsáveis e também há quem as proferirá com o seu quê de novidade... Estão em atraso, uns e outros. Mas Ranganathan já o dissera lá para os anos de 1930, tanto mais que Ranganathan cursara no University College, em Londres, de 1924 a 1925 as cadeiras de biblioteconomia desta velha instituição inglesa, onde se familiarizara com tais técnicas.

No momento em que nos chega a notícia do falecimento de uma das primeiras figuras mundiais da biblioteconomia, há que lhe prestar uma singela homenagem pelo muito que fez em prol de uma ciência que se teima ainda em não se reconhecer como uma das que permite obter resultados da maior valia.

Bolsas de estudo para investigadores concedidas pela Fundação Alexander von Humboldt

1. Programa da Fundação

A Fundação Alexander von Humboldt oferece a jovens investigadores altamente qualificados, de nacionalidade estrangeira, a possibilidade de levar a cabo na República Federal Alemã um projecto de investigação de livre escolha.

As bolsas de estudo, num total aproximadamente de 400 por ano, são oferecidas numa base de concurso mundial. Podem pois concorrer investigadores de todos os países e de todos os ramos académicos.

Os pedidos serão apreciados pela comissão de selecção da Fundação Alexander von Humboldt que decidirá, unicamente, com base nas aptidões e nas capacidades científicas dos candidatos. Esta comissão é constituída por cientistas de todos os ramos.

Apenas serão concedidas bolsas da Fundação Humboldt para projectos concretos de investigação, mas não para fins de formação, de breves estadias de informação ou de viagens de estudo.

2. Bolsas da Fundação

O montante das bolsas orienta-se segundo a qualificação alcançada:

Bolsas de investigação («Forschungsstipendium») — no valor de 1.200 marcos líquidos mensais para investigadores jovens, cujo trabalho até então realizado ofereça a garantia de realizações importantes no futuro.

Bolsas para professores («Dozentenstipendium») — no valor de 1.600 marcos líquidos mensais para cientistas que já avançaram nas suas carreiras e que se distinguiram por publicações dignas de nota.

Estão ainda a cargo da Fundação:

- despesas de viagem do bolseiro, se estas despesas não forem cobertas por instituições do país de origem (só se fazem marcações por intermédio da Fundação),
- abonos para os membros familiares do bolseiro que se desloquem num período mínimo de três meses à Alemanha (200 marcos líquidos mensais para a esposa (marido), 50 marcos líquidos mensais por cada filho),
- bolsas para cursos de língua alemã com a duração de 2 a 4 meses em Institutos-Goethe na República Federal Alemã antes do início da estadia para investigação propriamente dita.

Podem requerer-se bolsas por um período de 6 a 12 meses. É possível apresentar o pedido de uma prorrogação para um período global de 24 meses.

O prazo de duração da bolsa pode ser passado, num total de 4 meses, em institutos científicos nos restantes países da Europa, se acaso isso for necessário para a boa continuação do trabalho de investigação.

3. Pressupostos para a solicitação da bolsa

Podem requerer cientistas estrangeiros (isto é, não-alemães) que

- 1 — concluíram a sua formação académica e que realizaram um exame equivalente ao doutoramento alemão;
- 2 — possam comprovar a prática da actividade independente de ensino ou de investigação numa universidade ou num instituto de investigação, respectivamente;

- 3 — apresentem publicações científicas como resultado desta actividade;
- 4 — possuam bons conhecimentos da língua alemã (no caso de bolseiros de ciências naturais satisfazem conhecimentos de língua alemã indispensáveis ao trabalho; é possível frequentar cursos de língua (ver 2));
- 5 — não tenham idade inferior a 25 e superior a 38.

4. Documentação

Para o requerimento da bolsa é necessário (em duplicado):

- 1 — preencher o impresso de requerimento da bolsa;
- 2 — um plano minucioso da investigação, que contenha indicações precisas sobre o trabalho científico a realizar no instituto de investigação alemão, sobre os métodos e os objectivos do projecto, bem como os trabalhos prévios já realizados pelo candidato. Recomenda-se que antes da entrega do requerimento o plano de investigação seja combinado com o instituto alemão em causa;
- 3 — uma lista completa das publicações científicas, com a indicação precisa da extensão, lugar e ano de publicação (com indicação do título no original ou, dado o caso, com tradução em alemão, inglês ou francês) e, se for o caso, dos co-autores. Deverão juntar-se separatas dos trabalhos mais importantes, se estes forem publicados em alemão, inglês ou francês; caso contrário, breves resumos feitos pelo próprio;
- 4 — curriculum vitae (escrito à máquina);
- 5 — dois ou três pareceres confidenciais de cientistas que possam informar sobre as qualificações científicas e sobre a actividade até aí realizada pelo candidato. Entre eles deverá encontrar-se um parecer de data recente passado pelo cientista director do actual lugar de trabalho. Estes pareceres deverão juntar-se em envelope fechado ao requerimento da bolsa ou então serem enviados directamente pela pessoa competente para a secretaria da Fundação. Estes pareceres podem ser apresentados em alemão, inglês ou francês; caso contrário têm de ser apresentados acompanhados por traduções oficiais reconhecidas;
- 6 — cópias autenticadas e reconhecidas (não os originais) de certificados dos exames universitários e dos graus académicos;
- 7 — certificado sobre o estado actual dos conhecimentos de língua alemã, passado por um professor universitário de germanística, por um representante de um instituto de língua alemã, ou por uma representação diplomática ou consular alemã;
- 8 — atestado médico.

Todas as despesas relacionadas e resultantes do requerimento da bolsa serão pagas pelo candidato.

5. Processo de solicitação da bolsa

As solicitações podem ser apresentadas, em qualquer altura, à Fundação, quer directamente quer mediante as representações diplomáticas ou consulares da República Federal Alemã e das delegações do Serviço Alemão de Intercâmbio Académico (Deutscher Akademischer Austauschdienst). Podem igualmente requerer-se junto da Fundação ou nos locais citados outras informações, bem como os impressos para a solicitação da bolsa.

A Comissão de Selecção da Fundação reúne-se 3 a 4 vezes por ano. Deste modo o resultado da escolha pode normalmente ser dado a conhecer poucos meses após o envio do requerimento.

O início exacto da bolsa pode normalmente ser fixado de acordo com a vontade expressa do requerente.

Encontro da American Society for Information Science, Washington, 1972

Para intercâmbio de experiências e coordenação da informação pelos meios de que a técnica de hoje dispõe, reuniram-se em Washington vários especialistas que discutiram o tema: *Planeamento dos sistemas de informação internacional através da tecnologia*. Os intervenientes nestas sessões deram informações acerca dos avanços técnicos e económicos relativamente aos satélites de comunicação e acerca de outras redes de informação, com vista à selecção e transferência desta, a nível internacional.

Durante as sessões efectuou-se uma demonstração do sistema de uma rede de comunicações internacionais de informação. Foram reunidos num único sistema o INTELSAT IV e as redes de comunicações da Europa e da América.

Mr. Carl Wait (OCDE), ao iniciar as sessões, acentuou os efeitos do desenvolvimento técnico das comunicações sobre as decisões governamentais no campo económico, legal e sócio-político. Mr. Burton Edelson (COMSAT) abordou alguns dos mais recentes aspectos de comunicações por satélites, tais como o acesso de vários utentes a uma fonte de informação centralizada.

A OEIE (Organização Europeia de Investigação do Espaço) enviou um dos seus membros que falou da experiência dos serviços de documentação dessa Organização para pôr em contraste os problemas do atraso tecnológico de alguns anos atrás e as dificuldades presentes de outros programas respeitantes à tecnologia de comunicações.

Finalmente Mr. G. Gary, da U. S. Register of Copyrights, apresentou alguns esclarecimentos acerca dos obstáculos que surgem num sistema internacional de informação relativamente à protecção da propriedade intelectual.

O encontro da ASIS sobre informação (*world of information*), que se realizou nesta mesma data, congregou especialistas de informática de todo o mundo e nele foram discutidos problemas relevantes sobre o desenvolvimento das redes internacionais de informação e a melhoria do intercâmbio, a nível internacional, de conhecimentos especializados.

Colóquio dos Redactores de Revistas de Documentação, de Biblioteconomia e de Arquivologia

De 16 a 18 de Maio de 1972 realizou-se em Paris, sob os auspícios da Unesco, o Colóquio dos Redactores de Revistas de Documentação, de Biblioteconomia e de Arquivologia, que reuniu 55 redactores, provenientes de 29 países, tendo-se também realizado uma exposição de periódicos profissionais publicados em 55 países — entre os quais figuravam «Cadernos».

As recomendações deste colóquio foram as seguintes:

1 — Os redactores devem sempre indicar as fontes de cada artigo reproduzido ou traduzido, fazendo notar todas as modificações introduzidas no título, conforme o que está prescrito sobre direitos de autor.

2 — Convém insistir junto dos redactores para que aceitem as abreviaturas de títulos e de números normalizados (ISSN) estabelecidos pelo Centro Internacional de Registo de Publicações em Série, em colaboração com a ISO e com os organismos nacionais competentes.

3 — As reuniões de redactores deveriam efectuar-se à escala nacional.

4 — É necessário publicar um guia prático das diversas normas da ISO e dos organismos nacionais competentes.

5 — A Unesco deveria empreender um estudo da apresentação das revistas especializadas e uma análise estatística das publicações primárias pertinentes, um estudo comparativo dos prin-

cipais serviços de análise e de indexação e estudos sobre a possibilidade de criar uma rede de serviços de análise e de indexação baseada num inquérito em relação à produção mundial de publicações primárias no domínio considerado.

6 — A Unesco deveria estimular os países que não dispõem ainda de um serviço de análise ou de indexação a criá-lo, de forma a assegurar ao menos a indexação das publicações nacionais especializadas. Estes serviços poderiam ser nacionais ou regionais.

7 — Tendo em consideração as necessidades dos países em vias de desenvolvimento, a Unesco deveria encorajar a generalização da prática de se publicar nos periódicos primários os resumos dos artigos, ao menos numa língua de grande difusão.

8 — A Unesco deveria organizar, pelo menos, no ano de 1974, uma reunião de redactores e de editores dos principais boletins analíticos e sinaléticos, assim como um colóquio semelhante àquele que agora se efectuou em Paris, em Maio de 1973.

Informação e inovação na indústria

A difusão da informação na indústria e a formação e aperfeiçoamento de especialistas e utilizadores da informação na indústria foram os temas apreciados no Simpósio sobre Informação e Inovação na Indústria que, por iniciativa do Instituto Nacional de Investigação Industrial e sob os auspícios da O. C. D. E., se efectuou em Carcavelos.

O primeiro tema, sobre difusão da informação na indústria, foi tratado por J. Thompson, director da região norte do [Department of Trade and Industry. Foram analisadas as razões que determinam a necessidade da criação de serviços com aquela finalidade, métodos de difusão da informação de acordo com a experiência de vários países, as opções na localização dos serviços de informação e assistência à indústria e o momento para arranque e desenvolvimento daqueles serviços.

Sobre formação e aperfeiçoamento de especialistas, falou o sr. L. Anthony que, depois de enumerar os tipos de actividade próprios dos especialistas e dos utilizadores no processo normal de transferência da informação, pormenorizou os tipos de conhecimento e especializações necessárias às técnicas da informação, para, em seguida, mostrar até que ponto os diferentes tipos de formação e aperfeiçoamento dependem das necessidades das empresas. Em paralelo com este último ponto, apresentou os métodos através dos quais pode ser obtida a informação necessária à satisfação das carências presentes e futuras da indústria e de que forma podem vir esses métodos a afectar o recrutamento de pessoal nos diversos sectores. Por último, descreveu os vários tipos de formação considerados necessários, os problemas daí decorrentes e os recursos julgados imprescindíveis para a efectivação dessas acções.

O simpósio prosseguiu com a reunião dos grupos de trabalho constituídos para tratar dos seguintes temas: política nacional na informação para a indústria; transferências de tecnologia; rede de informação industrial e aspectos operacionais de serviço de informação industrial.

Exposição de livros infantis

NOTA DA REDACÇÃO: — A nossa colega Maria Manuela Marques Nogueira, técnica de 1.ª classe da Direcção Geral da Educação Permanente, tem tido uma actividade deveras notável no que se refere à promoção do livro infantil. Assim, além de ter sido a impulsionadora

do *Curso de especialização para encarregados das bibliotecas junto das escolas primárias*, que se realizou em Lisboa de 18 a 30 de Setembro último, foi a organizadora da *Exposição de livros infantis*, que esteve patente na Biblioteca Nacional, de 16 a 31 de Outubro, e de que a seguir damos notícia.

De 16 a 31 de Outubro realizou-se no Átrio do Anfiteatro da Biblioteca Nacional de Lisboa uma *Exposição de Livros Infantis*, promovida pela Direcção-Geral da Educação Permanente e integrada nas celebrações do Ano Internacional do Livro. A exposição foi inaugurada por Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional.

A mostra dos livros, num total de 1204 espécies, resumia-se às obras adquiridas pela antiga Direcção-Geral do Ensino Primário e pela nova Direcção-Geral da Educação Permanente para as suas bibliotecas e às cedidas pelos editores que deram a sua colaboração.

Ao promover esta exposição era intenção da Direcção-Geral poder apresentar ao público uma panorâmica, tão completa quanto possível, de tudo o que se publicou até ao momento neste domínio. Não foi, contudo, possível reunir todas as espécies publicadas, nem sequer todas as existentes no mercado.

A exposição foi organizada por grupos etários: até aos 6 anos; dos 6 aos 8; dos 8 aos 10; dos 10 aos 12, subdividindo-se por várias rubricas: aventuras, biografia e história, contos e romances, fábulas e lendas, formação religiosa, mundo da natureza e da técnica, poesia e teatro. Nem todos os grupos etários considerados foram abrangidos por estas rubricas: naturalmente que para o grupo «até aos 6 anos» a exposição apenas apresentou «contos» e «livros ilustrados».

O catálogo da exposição, organizado segundo o esquema da mesma, dá uma descrição bastante completa dos livros apresentados e inclui ainda a lista dos livros infantis existentes nas bibliotecas da Direcção-Geral da Educação Permanente, dos livros infantis premiados pela Secretaria de Estado de Informação e Turismo e apresentados na exposição, e a lista dos editores que deram a sua colaboração. Este catálogo representa o primeiro passo no trabalho de inventariação dos livros infantis editados em Portugal e em português, que a Direcção-Geral da Educação Permanente se propõe fazer.

A exposição despertou o maior interesse junto de todas as camadas, especialmente daquelas a quem se destinava, as crianças, que acorreram aos milhares em visitas promovidas por escolas oficiais e particulares de Lisboa e arredores ou por sua iniciativa individual, e avidamente se debruçaram sobre todos aqueles livros que lhes estavam totalmente acessíveis, podendo-os folhear e ler à vontade, sem qualquer restrição. Este entusiasmo não foi só partilhado pelas crianças. Muitos adultos, pais, educadores, professores, visitaram a exposição, reflectindo bem o interesse da iniciativa e o eco favorável que encontrou por parte do público em geral.

No âmbito da exposição realizou-se ainda uma série de sete conferências sobre literatura infantil, seguidas de colóquio, que suscitaram o mais vivo interesse por parte da numerosa assistência que esteve presente para ouvir falar o Dr. José Hermano Saraiva sobre «A pedagogia do livro», o Dr. António Quadros sobre «O sentido educativo do maravilhoso»; a Dr.^a Esther de Lemos sobre «A literatura infantil em Portugal»; o Dr. José Francisco Rodrigues sobre «O livro infantil como instrumento didáctico»; o Arquitecto Júlio Gil sobre «Os aspectos editoriais do livro infantil»; a sr.^a D. Alice Gomes sobre «O autor e a comunicação no livro infantil»; e, finalmente, o pintor Professor José Amaro Júnior sobre «Arte infantil — Livro infantil».

Estas conferências, que irão ser oportunamente publicadas pela Direcção-Geral da Educação Permanente, constituíram achegas preciosas para um melhor conhecimento das possibilidades e das necessidades nacionais nos diversos aspectos que foram tratados relativamente ao livro infantil. (MARIA MANUELA MARQUES NOGUEIRA).

IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas»

O programa oficial das comemorações nacionais do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas» iniciou-se no Porto, em 2 de Junho de 1972, com a inauguração de uma exposição bibliográfica realizada sob o patrocínio da Câmara do Porto, em duas salas do claustro da Biblioteca Pública Municipal.

A exposição foi organizada segundo um critério quantitativo e qualitativo das espécies bibliográficas manuscritas e impressas pertencentes ao património municipal e seleccionadas para o efeito entre largas centenas de exemplares da preciosa camoneana da Biblioteca.

Do ponto de vista temático, agruparam-se, também, edições de obras do séc. XV e XVI de que Camões teve perfeito conhecimento, conforme é reconhecido pelos estudiosos da sua obra. É de salientar que a quase totalidade desses exemplares pertenceu à biblioteca do Convento de Santa Cruz — aí integrados muito antes de Camões ter vivido nessa cidade.

Destacam-se na exposição o primeiro estudo do quadro «Camões lendo Os Lusíadas aos frades de S. Domingos», do pintor António Carneiro, bem como dois exemplares da célebre edição do poema preparada e impressa em Paris pelo portuense Morgado de Mateus.

Dentre os manuscritos expostos citaremos os códices das «Crónicas breves», da «Crónica dos cinco reis» e da «Crónica breve das cavalarias dos doze de Inglaterra», que serviram de fontes ao poeta para a composição do seu poema, bem como o códice da versão primitiva e inédita da «Década oitava», de Diogo de Couto, na qual o cronista alude ao seu encontro com Camões em Moçambique, no inverno de 1569. Todos estes manuscritos pertenceram também a Santa Cruz de Coimbra.

Merece especial referência a colecção de estudos de autores portuenses sobre Camões e a sua obra, designadamente as que foram publicadas a propósito da celebração do III Centenário da Morte de Camões.

À inauguração estiveram presentes, além de autoridades civis e militares do distrito, figuras de relevo dos meios intelectual e artístico, entre os quais o Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, presidente da Comissão Executiva das comemorações nacionais camonianas.

O Prof. Dr. António Cruz, director da Faculdade de Letras do Porto, congratulou-se com o facto das comemorações nacionais se terem iniciado na cidade do Porto e teceu considerações sobre o significado cultural desta exposição. Referiu-se ainda a uma particularidade curiosa: que no mesmo ano estavam previstos três acontecimentos de vulto na cidade — o início das comemorações camonianas, o centenário do mestre pintor António Carneiro e o sesquicentenário da 1.ª edição de «Os Lusíadas» publicada no estrangeiro por intermédio do Morgado de Mateus.

O Prof. Lopes de Almeida falou largamente do valor e significado da exposição, tecendo as melhores referências aos seus organizadores, à frente dos quais se contava a nossa colega Maria Fernanda Brito, bibliotecária-chefe da Biblioteca Pública Municipal.

A exposição registou logo apreciável afluência de público.

No dia 4 recebeu a visita do sr. Presidente do Conselho, Prof. Doutor Marcelo Caetano que, nessa altura, se deslocou ao Porto a convite do Prof. Dr. António Cruz.

O Chefe do Governo visitou a Biblioteca Pública Municipal, tendo-se demorado na observação das raridades bibliográficas ali expostas, depois do que elogiou o espírito que presidiu à montagem da exposição.

Importante exposição Camoniana na Biblioteca Geral da Universidade

Associando-se às comemorações do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas», a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra realizou, em Outubro, uma exposição subordinada ao tema — «A Universidade de Coimbra e os estudos camonianos», com particular relevância para os trabalhos publicados sobre o imortal poeta pelos corpos docente e discente da Universidade.

A exposição revestiu-se, desta forma, de um especial interesse, que é o de revelar ao grande público a notável contribuição que a Universidade de Coimbra, ao longo da sua história, tem dado para um maior conhecimento da vida e obra de Luís de Camões.

A iniciativa da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra teve desde logo o incondicional apoio da Comissão Executiva do IV Centenário da publicação de «Os Lusíadas», na pessoa do seu presidente Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida, que diligenciou no sentido de tal exposição dispor de um catálogo ao nível da importância e significado do certame.

Iniciativas da Biblioteca Pública de Braga

A Biblioteca de Braga prossequindo uma louvável actividade que se resume em duas palavras: estimular o gosto pela leitura e pela cultura e radicar esse bom hábito entre as camadas jovens, realizou no salão medieval da Biblioteca uma das suas já habituais exposições destinadas à juventude. A coroar esta linha de rumo, cerca de dois meses mais tarde e no mesmo local, efectuou-se a sessão solene para entrega dos prémios aos jovens (de idade compreendida entre os oito e dezoito anos) mais bem classificados no IV Concurso de Aproveitamento de Leitura promovido pela Comissão orientadora de leitura juvenil de que é presidente o director da Biblioteca, dr. Egídio Guimarães. Foi nessa perspectiva que decorreu a palestra do Rev. Dr. Domingos da Silva Araújo, director do «Diário do Minho» — «Homens novos para um mundo novo...».

A mesma Comissão orientadora da leitura juvenil inaugurou, no dia 2 de Maio, no salão nobre daquele estabelecimento de cultura, a 2.^a exposição de livros para a juventude. O Rev. Dr. António Freire, professor da Faculdade de Filosofia de Braga, proferiu uma conferência sobre o tema «O convívio juvenil», ilustrada com projecções luminosas a cores.

Na mesma instituição realizou-se um concerto de piano pela pianista Maria Isabel Rocha que executou composições de Schumann, Liszt, Chopin, Luís Costa, Freitas Branco, Debussy, Ravel e Bela Bartok.

Promovido pela delegação do Círculo de Cultura Musical, realizou-se a 12 de Junho do ano corrente, no salão nobre da Biblioteca um concerto do consagrado violinista Jack Glatzer, de nacionalidade americana, o qual executou composições de Bach e de Paganini.

Também aí esteve patente ao público e foi muito visitada a exposição de taxidermia e curiosidades que o Centro de Alegria no Trabalho do Pessoal da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Braga levou a efeito, com a valiosa colaboração do seu associado sr. Nuno Lopes.

Era constituída por cerca de 300 exemplares de aves, mamíferos, batráquios e peixes embalsamados.

Além do sentido cultural que traduz, esta interessante exposição, integrada nas Primeiras Jornadas Desportivas Nacionais e nas Quartas Regionais Norte do Pessoal da Previdência, que têm decorrido nesta cidade, é dedicada especialmente aos jovens como uma verdadeira manifestação de carinho para com a Natureza.

O certame foi completado com elementos informativos acerca do habitat, da ordem e da família dos animais.

Conferências na Biblioteca Municipal da Figueira da Foz

No dia 8 de Junho, realizou-se na Biblioteca Pública Municipal uma conferência subordinada ao tema «Perfil de Um Homem», em comemoração do I centenário do nascimento do fundador do Colégio Liceu Figueirense, o eminente pedagogo Dr. José Luís Mendes Pinheiro.

A conferência, da autoria do brigadeiro Dr. António Meireles do Souto, recentemente falecido, depois de a haver escrito para esse fim, foi lida por seu filho, Dr. António Meireles do Souto.

No dia 16, do mesmo mês, efectuou o coronel-aviador Edgar Cardoso, director do Museu do Ar, uma conferência subordinada ao tema «A magnífica proeza aérea de 1922», para assinalar as Bodas de Ouro da I Travessia Aérea do Atlântico Sul.

Bibliotecas de Leiria

Promovida pela Biblioteca Municipal Dr. Afonso Lopes Vieira, em colaboração com a Biblioteca Pública de Leiria, foi inaugurada no passado dia 22 de Maio, dia do feriado municipal daquela cidade, uma exposição de trabalhos dos estudantes de Leiria e Tokushima, as cidades irmãs de Portugal e Japão.

A Exposição teve por título «Intercâmbio Cultural de Estudantes. Tokushima e Leiria», e a ela se dignou assistir um representante do sr. Embaixador do Japão em Portugal, Conselheiro Dr. Tamotsu Nakaya, assim como o sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria e outras altas individualidades.

Esteve aberta ao público cerca de duas semanas e foi visitada por milhares de pessoas, sobretudo pelos estudantes da cidade do Lis. (GENTIL FERREIRA DE SOUSA).

O peso dos livros da Biblioteca Municipal não ameaça a segurança dos claustros de Santa Cruz — foi afirmado em reunião da vereação de Coimbra

Na reunião camarária de 15 de Outubro, presidida pelo eng. Araújo Vieira e à qual assistiram todos os vereadores e os directores dos Serviços de Obras e de Urbanização, técnicos especiais e director da Biblioteca Municipal, avultou, entre outros problemas, o que se referia à Biblioteca Municipal. De facto, o eng. Araújo Vieira, pressionado por certa Imprensa que ao assunto se tem referido, abordou a questão da Biblioteca Municipal e da sua projectada transferência para novo e adequado edifício, informando que se

estava outra vez a reconsiderar a construção da nova biblioteca ao cimo do Parque de Santa Cruz, e negando, ao mesmo tempo, o que tem sido publicamente afirmado: que o peso do recheio da actual biblioteca, instalada sobre os claustros da igreja da Santa Cruz, ponha em risco a segurança desse monumento nacional. Disse, a tal propósito, o eng. Araújo Vieira:

«Concordamos que as condições de funcionamento (da actual biblioteca), sejam precárias, mas não aceitamos que os livros ponham em perigo a segurança dos claustros de Santa Cruz. Nada indica que se deva tirar uma conclusão diferente. Sugeriu-se, numa reunião convocada para o estudo do problema, que se deslocassem para outro edifício os livros menos consultados, os jornais e revistas, para aliviar a biblioteca, e dar lugar à ampliação do Depósito Legal. Tal arranjo deixará espaço livre para um melhor funcionamento provisório».

Movimento da Biblioteca Municipal de Aveiro

A Biblioteca Municipal de Aires Barbosa registou no mês de Abril o seguinte movimento: 482 leitores, a maior parte diurnos, tendo sido requisitados 604 volumes e 42 jornais e revistas.

No mês de Maio a frequência foi de 695 leitores que requisitaram 785 livros e 73 jornais e revistas.

Isto traduz um aumento em relação ao movimento que se vinha verificando.

Biblioteca Municipal da Covilhã

No mês de Setembro, a Biblioteca Municipal teve uma afluência de 432 leitores que consultaram 524 volumes. Como na Biblioteca e pelo mesmo pessoal se procede ao movimento das obras da Fundação Gulbenkian, pretende-se passar a referir também o movimento destas últimas que, sendo bastante elevado, fará subir apreciavelmente os quantitativos acima indicados.

Biblioteca Municipal de Viseu

Entraram em Maio, na Biblioteca, 6 volumes e em Junho 25. Foram consultados respectivamente, 1398 e 308 obras por 1107 leitores, em Maio, e 221 leitores em Junho.

Durante o mês de Setembro entraram na Biblioteca 17 volumes e foram consultadas 126 obras. Foram 91 os leitores, dos quais 31 do sexo feminino.

Exposição de literatura juvenil na Biblioteca do Congresso em Washington

Cento e trinta volumes de literatura juvenil, vindos de 38 países, estão em exposição na Biblioteca do Congresso, em Washington, significando um dos seus contributos para o Ano Internacional do Livro. Foram seleccionados por Virgínia Haviland, especialista em literatura infantil, que considerou nos livros a sua capacidade de atrair, as suas qualidades intrínsecas e a sua importância na literatura nacional respectiva.

Alguns dos livros apresentados constituem novas edições de clássicos, tais como «Children's and Household Tales of the Brothers Grimm», publicado há cinco anos em Munique, e «The Silver Skates», adaptação histórica de Hans Brinker, originalmente publicada em Amsterdão.

Além de livros ilustrados e obras de ficção para adolescentes, a coleção — quase toda de livros na língua original — inclui antologias de histórias folclóricas de Porto Rico, Checoslováquia, União Soviética, Israel, Índia, República da Coreia, Camarões, Nigéria e Tanzânia.

Feiras do Livro em Lisboa e Porto

A Feira do Livro, realizada simultaneamente em Lisboa e no Porto, atingiu este ano a sua 42.^a edição. É um acontecimento que já entrou decididamente nos hábitos da população destas duas cidades e também — ainda que em menores proporções — nos hábitos de certas camadas mais evoluídas da população portuguesa. Há, de facto, quem aproveite os costumados feriados de Junho para uma deslocação a Lisboa ou ao Porto apenas em intenção da Feira do Livro...

Uma vez que a imprensa diária, a Rádio e a Televisão se encarregaram da crónica quotidiana da Feira, «Cadernos» vão limitar-se a breves apontamentos, apenas com o fim de arquivar certos factos que convirá realçar.

A Feira de Lisboa esteve este ano aberta de 20 de Maio a 11 de Junho. Na primeira data foi inaugurada, como já vem sendo hábito, pelo Senhor Presidente da República que foi recebido, pelas 18 horas, no pavilhão do Grémio dos Editores e Livreiros e saudado pelo Presidente da Direcção do mesmo organismo. Seguiu-se uma visita a toda a Feira, tendo-se detido o supremo magistrado da Nação junto de cada pavilhão e apreciado as obras à venda.

O número de tais pavilhões atingiu em Lisboa o número recorde de 78, entre os quais o da Câmara Municipal de Lisboa, o da Livraria do Estado, com obras editadas pela Imprensa Nacional, pela Agência Geral do Ultramar e pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo, o da Fundação Gulbenkian, o da Junta de Investigações do Ultramar e, ainda, um departamento bancário.

No Porto, o número de pavilhões ascendeu a 36, contando-se entre eles o do Grémio Nacional de Editores e Livreiros e o da Câmara Municipal do Porto. Neste último encontravam-se alguns dos aparelhos pertencentes à Biblioteca Sonora da Biblioteca Municipal do Porto que permitiram a reprodução de gravações de episódios de «Os Lusíadas» e de textos de autores portuenses, em substituição das habituais palestras proferidas em dias dedicados a certos sectores da literatura.

Destinado a estudantes dos estabelecimentos de ensino do Porto, foi aberto um concurso literário sobre os seguintes temas: 1) «Qual o livro de que, até hoje, mais gostaste de ler? Porquê?» 2) «Dos três episódios de «Os Lusíadas» a seguir indicados de qual gostaste mais e porquê? — Episódio da «linda Inês», episódio dos «Doze de Inglaterra», episódio de «O Adamastor» 3) «Júlio Dinis, um escritor do Porto». O concurso, que teve o patrocínio dos Serviços Culturais do Município e a colaboração do Banco Português do Atlântico, registou muita afluência de concorrentes, sendo os prémios constituídos por livros dos melhores autores nacionais de sempre, nomeadamente, de Camões, Eça, Aquilino, Júlio Dinis, José Régio, etc.

A notar que o Porto apresentou o seu «Jornal da Feira do Livro», de que se publicaram quatro números, distribuídos gratuitamente. Bem apresentados e com artigos de inegável interesse e valor, entre eles os dos nossos Colegas Doutor António Cruz e Dr.^a D. Maria Fernanda Brito, este jornal revelou-se uma iniciativa que merecerá a pena continuar em anos futuros.

Talvez a partir dele se consiga um dia instaurar um diálogo entre todos os que participam nas Feiras do Livro. Para já, os textos apresentados naqueles quatro números foram uma feliz selecção do que há para dizer sobre o livro nas suas múltiplas facetas.

A Feira de Lisboa manteve, ao contrário da do Porto, a comemoração diária de um acontecimento ligado ao livro. Desta forma, no dia 29 de Maio comemorou-se o Dia do Livro Ultramarino, com a presença do Senhor ministro do Ultramar, Prof. Doutor Silva Cunha; no dia 2 de Junho foi a vez do Dia do Livro Ulissiponense e em 6 de Junho a do Dia do Livro Brasileiro.

O Dia do Bibliotecário foi o primeiro na ordem cronológica destes acontecimentos. Comemorado em 27 de Maio, registou a presença interessada de muitos colegas e de público em geral, todos recebidos com requintes de gentileza pela Direcção do Grémio dos Editores e Livreiros, à qual preside o bem conhecido editor Fernando Guedes, e pelo presidente da Comissão da Feira, Dr. Rui Dinis Neto, assim como por outros membros do referido Grémio e Comissão. Às saudações cordiais que nos foram dirigidas e que no seu apreço significaram a identidade espiritual que liga livreiros, editores e bibliotecários, respondeu o nosso Colega Luís de Gouveia Aveiro com o discurso que «CADERNOS» transcrevem na íntegra:

*«Ex.mo Senhor Presidente do Grémio Nacional de Editores e Livreiros:
Meus Senhores:
Colegas:*

Como nos anos anteriores a Feira do Livro de Lisboa dedica este dia ao Bibliotecário.

Feira do Livro, realização da responsabilidade de Livreiros e Editores, entidades que garantem, com fins lucrativos, a existência do livro. Bibliotecários, profissionais que aliam ao conhecimento técnico do livro a responsabilidade de colocar, por vias próprias, este instrumento de cultura ao serviço do público.

Este binómio que não se contradiz, mas antes se enriquece, permite-me desenvolver algumas considerações. E das conclusões a tirar eu faço matéria de agradecimento ao Organismo que V. Ex.^a dirige pela decisão de abrir as portas da Feira a este grupo profissional.

Quando me pediram para, neste lugar e neste momento, pronunciar algumas palavras, procurei uma justificação para este acto e concluí que não poderia limitar-me a simples expressões protocolares. Entendi que poderia ser um acto de serviço. E o pano de fundo estava à mão: Ano Internacional do Livro. É um tema que interessa às duas partes e fica bem pensá-lo neste momento pois o local é o mais indicado.

Sabemos que esta iniciativa é da responsabilidade da Unesco e a sua intenção é-nos dada, em poucas palavras, pela pena do seu Presidente: «No começo de 1972, ano proclamado, por unanimidade, «Ano Internacional do Livro» pela Conferência Geral da Unesco, convido todos os países do mundo a associar-se, cada um segundo as suas possibilidades e necessidades, a este enorme empreendimento tomando como divisa: LIVROS PARA TODOS»¹. É notório que esta chamada tem um sentido muito próprio que resumirei assim: nos países desenvolvidos, chamados de grande consumo, outros meios de comunicação se sobrepuseram ao livro e esta situação não pode deixar de ter consequências no bem-estar da sociedade. Pois o homem não pode estar sujeito a digerir doses maciças de coisas feitas, numa posição de pura passividade coarctando-lhe o acto de reflexão, sem que ponha em grave risco a sua felicidade; para países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento o convite tem outro sentido, pois que são ainda susceptíveis de receber um planeamento cultural mais coerente, onde se terão de evitar erros passados

¹ MAHEU, René — *Des livres pour tous*. «Le Courrier de l'Unesco», Paris, (25) Jan. 1972, p. 4-5.

e alheios. Para as duas situações a campanha representa um acto de fé na capacidade do livro como factor óptimo na construção do dia-a-dia social e individual em situação mais livre e por isso mais humana.

Nos últimos dias procurei saber aquilo que, entre nós, se havia feito para corresponder a tão oportuna como necessária iniciativa. A verdade é que não encontrei adesões. Oficialmente não se lhe prestou atenção. Os bibliotecários não a envolveram com o seu entusiasmo e por isso não surgiu qualquer plano de aplicação. A parte industrial e comercial ligada ao livro permaneceu no seu legítimo campo: o da procura e oferta. As instituições de cultura e recreio de tão ricas tradições entre nós naufragam no mar do abandono e outras asfixias. E às cooperativas livreiras, por isto ou por aquilo, lhes vai faltando os ares da boa saúde. E o pior é que ainda nada de melhor se encontrou para substituí-las. Portanto, entre nós não se sentiu a necessidade de programar uma bem pensada e séria campanha pela promoção do livro. E para este estado de coisas não são os livreiros e editores que justamente devem arcar com os reparos. Pois como considera Carpentier «o editor é um homem que vive do comércio desta mercadoria estranha, ingrata e aparentemente pouco rendável. Mercadoria ingrata porque a sua produção implica a aplicação de capitais a longo prazo e cujo rendimento é incerto. [...]». Ao editor torna-se indispensável organizar uma rede de distribuição, de promover a sua publicidade, chamar a atenção do transeunte para o título do romance, do livro de poesia ou de ensaios que traga a marca da sua casa. Tudo isto envolve preocupações ignoradas pelo comerciante de outro género que oferece ao público artigos de consumo imediato¹. Devem pedir-se responsabilidades noutros sítios. Entre nós assentou-se que as coisas marcham impulsionadas pelo sortilégio do acaso, do espontâneo ou das generosidades desgarradas. E assim tudo fica cumprido com a realização das Feiras do Livro em Lisboa, Porto, com mais alguns «stands» e ainda a novidade duma Feira em Alcobça que segundo noticiam os jornais é organizada dentro do espírito da campanha da Unesco.

Mas pergunto se Portugal é apenas Lisboa, Porto e porventura Alcobça. Interrogo-me se apenas os privilegiados habitantes destas cidades têm direito a facilidades desta ordem. Penso nas populações das restantes parcelas e suponho que gostariam de usufruir de igual oportunidade. E concluo que ler é um luxo e vejo que nada se fez para que o livro, esse veículo único de cultura, deixe de permanecer a serviço de uma determinada camada social, indiferente às gritantes necessidades de milhões de homens que ainda não tiveram a felicidade de experimentar o prazer do saber. É uma situação que deve acabar e depressa. E há culpados. Os bibliotecários não estão totalmente isentos. Aqui sinto-me chegado ao centro da questão. O bibliotecário é, por definição e numa perspectiva moderna, o propagandista do livro. Do livro não como objecto de mercadoria, mas como acumulador de experiência humana, riqueza que deve ser posta ao alcance de todos. É um animador da marcha do saber. E esta função dá ao bibliotecário uma gama sem fim de oportunidades.

Se o livro é um elemento indispensável para garantir a promoção da cultura nacional, se é um complemento que se torna necessário juntar ao esforço que se faz no sentido de, finalmente, instruir o nosso povo, pois chegou o momento de chamar os bibliotecários a novas tarefas.

Não posso deixar de lembrar com alguma emoção antigos colegas que os tempos e as vicissitudes afastaram do nosso convívio. Lembro um Jaime Cortesão, director da B. N. de Lisboa a qual transformou num foco de cultura graças aos escritores e artistas, seus amigos e amigos de Raúl Proença que com eles ali se reuniam: António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Raúl Brandão, Afonso Lopes Vieira, Reinaldo dos Santos, José de Figueiredo, Raúl Lino e outros. A Enciclopédia Luso-Brasileira adianta falando de Aquilino Ribeiro: «foi conservador da B. N. de Lisboa a cujo quadro pertenciam escritores que deixaram nome nas letras e que pela lei da atracção literária chamaram outros de que resultou formar-se um grupo

¹ CARPENTIER, Alejo—*Rêveries d'un lecteur solitaire*. «Le Courrier de l'Unesco», Paris, (25) Jan. 1972, p. 24-30.

numeroso e selecto o mais representativo da mentalidade nacional». Não pretendo com estas referências que o Bibliotecário, hoje, assuma no horizonte da cultura tão alto nível, até porque valores como os referidos não surgem frequentemente. Mas o que me parece necessário é que o bibliotecário à frente da sua biblioteca seja capaz de mobilizar as condições indispensáveis para desempenhar na cultura local um papel de irradiação, de informação e esclarecimento que lhe tem faltado. É importante que os bibliotecários estejam à altura de penetrar, pelas suas funções, nos circuitos da cultura nacional como faziam aqueles com a sua pena. É urgente que entre o povo que frequenta as bibliotecas, esfomeado de saber, e a Administração Pública, responsável primeira pela intensificação da cultura, esteja o bibliotecário pronto com o seu saber e a sua profícua acção, a aconselhar, a esclarecer, a tirar dúvidas e a propor. É anacrónica a imagem que as nossas bibliotecas nos oferecem onde o responsável é um fiel e disciplinado guardador de livros desempenhando e orientando uma série de funções, necessárias, por certo, ao bom funcionamento administrativo e técnico, mas que só por si não atingem o público. E o público é a única finalidade que justifica a existência das bibliotecas. Além disso, há uma série de outras actividades que não estando directamente relacionadas com o livro, dele se utilizam e nele vão desaguar. Veja-se o livro num conjunto mais vasto de instrumentos difusores de cultura. E a própria biblioteca não pode mais continuar a oferecer a imagem de simples armazém de livros. Há que anexar-lhe novas secções ou, ainda, dar vida às já existentes.

Julgo que toda a sociedade portuguesa está esperando uma honesta promoção do livro. Não chega garantir escolaridade obrigatória, alargar a rede de estabelecimentos escolares, oferecer-lhe a oportunidade de novos cursos. Há que dotar as populações da mentalidade necessária de modo a procurar os bens da cultura. E neste campo muito podem fazer os bibliotecários, quer nas escolas — para quando professores bibliotecários? — quer nos centros de vida social. Quanto a isto foi bem explícito o Professor Pena, há pouco entre nós a convite do M. E. N.. Dele se ouviu que a percentagem dos que após a escolaridade obrigatória regressam ao analfabetismo é alarmante. Sem o suporte das bibliotecas não vejo como guardar a cultura obtida e porque não continuá-la. Tanto mais que o livro é objecto caro e a capacidade de compra diminuta — outra questão a resolver sem prejuízo para ninguém.

Poderão dizer-me que se trata dum problema de nível de cultura geral e que a sua situação melhorará ao longo da sua promoção. Eu direi que o atraso aconselha outras preocupações. Tanto mais que a mentalidade acerca dos livros é em muitos sítios muito duvidosa e que por outro lado se corre o perigo de apresentar o livro como simples objecto de mercado, o que é muito grave. Desconfio muito dos processos de determinada propaganda que se faz dos livros. Não se pode anunciar o livro como se anunciam detergentes ou objectos de beleza. Corre-se o risco de satisfazer o cliente, transportando simplesmente a imagem do receptor para a prateleira da estante moderna que alinda o quarto das visitas. O livro é algo mais e é esse algo que é preciso ser dito, o que não tem acontecido.

Nesta caminhada não posso deixar de bater à porta da administração pública. Cabe-lhe por inteiro dotar o país dos indispensáveis meios para que a todos a seiva do saber atinja. E não é com abdições mesmo pequenas e ainda acedendo a generosas ofertas que este dever se cumpre. Tive, ainda há pouco tempo, a oportunidade de verificar que muitas das nossas bibliotecas, propriedade de autarquias locais e que tão bem lhes assentavam como manifestações de superiores preocupações, estão a ser substituídas por outras não inteiramente públicas. Parece-me que o movimento deveria ser no sentido de engrandecer as que já existiam dotando-as de quadros técnicos capazes de executar a missão que modernamente se pede a uma biblioteca. Completo este reparo com um exemplo. Encontrei uma biblioteca base de bibliotecas itinerantes, com cerca de 30 000 volumes. Estava à responsabilidade dum ex-regente escolar. Que os colegas deduzam as condições em que são iniciadas na leitura camadas de população rural para quem o livro é um objecto estranho e perigoso. Fazer a promoção do livro e com ele aumentar a capacidade de pensamento, a bagagem cultural, a experiência da liberdade, etc.... não é um mero acto de distribuição ao domicílio.

Abordei, colegas, alguns aspectos ligados aos livros para cujo estudo somos chamados. Mas só podemos estar alertados para tudo isto se acordarmos numa determinada maneira de estar em sociedade. Não nos falta a consciência de que temos uma posição a tomar, uma palavra a dizer em tudo quanto se pensar na vida sócio-cultural do país. Não estamos, a todos os níveis, onde ela se processa: nas universidades e no ensino secundário e primário; nas cidades e nos campos; nas associações de profissões liberais e nas de operários; nas instituições particulares e nas estatais? Esta dimensão pede-nos uma consciência de grupo. Somos refractários a este espírito associativo, suponho, porque temos o carácter reivindicativo com que sempre são baptizados. Mas por enquanto pensemos somente na força do grupo para melhor servir.

Senhor Presidente e meus Senhores.

Disse acima que as nossas funções se completavam. Julgo que delineei a prova dessa afirmação e à medida que lembrava um ou outro ponto da função do bibliotecário, sentia que ao seu aperfeiçoamento corresponderá uma maior procura do livro, pois ela depende da maior ou menor capacidade cultural das populações. Tenho até a certeza que quanto maior for a sua aceitação menor será o seu custo. Sei que neste momento a actividade editorial e livreira garante ao país a indispensável cobertura. Resta pois dar-lhe condições de maior expansão. E oxalá assim seja, pois seria a certeza de que teríamos mais livros, melhores livros e livros para mais portugueses».

Feira do Livro em Aveiro

Também Aveiro realizou, em meados de Junho, a sua «I Feira do Livro». Excedendo to das expectativas, a mesma foi êxito logo que abriu as portas.

O público leitor, não obstante o local incómodo em que ficou instalada a «feira» (o que obrigou a deslocações propositadas em noites agrestes...), afluíu e comprou continuamente livros de índole diversa: obras de literatura, sobre ciências e técnicas, livros infantis, etc..

Os organizadores da feira, infatigáveis no propósito de lhe conferir o máximo interesse e aliciação, publicaram uma pequena plaqueta, a assinalar a realização, em Aveiro, do empreendimento inovador que é o de pôr o livro ao alcance de todos, contribuindo assim para divulgação e concomitante expansão dos meios de cultura.

Assinalando a iniciativa, foi cunhada uma pequena medalha que tem gravada numa das faces os dizeres relativos à I Feira do Livro e o ano em que se realizou.

A I Feira do Livro em Alcobaça

Realizou-se em Alcobaça, de 27 de Maio a 4 de Junho, a I Feira do Livro, sob o patrocínio da Comissão Municipal de Turismo e no âmbito das comemorações do Ano Internacional do Livro.

Para participarem neste certame inédito naquela localidade inscreveram-se quase todas as casas editoras e distribuidoras do nosso país.

Esta feira visou sobretudo a divulgação do livro e da cultura na zona alcobacense, acima do interesse meramente comercial. Por isso e aproveitando a circunstância, foram simultaneamente organizadas diversas manifestações de carácter artístico e cultural, de que damos breve apontamento: um concerto pela Orquestra Clássica do Imave, no Refeitório do Mosteiro; representação da peça «D. Quixote de la Mancha e o Gordo Sancho Pança», pelo Grupo Cénico do Campolide Atlético Clube; exposição bibliográfica de obras editadas pela Fundação

Calouste Gulbenkian que se destinam à Biblioteca Municipal; exposição fotográfica e projecções por diversos artistas amadores da região; concerto pela Filarmónica Vestiariense, vencedora do Concurso Nacional de Bandas Civas (3.ª categoria); dia dedicado à criança com a presença da escritora Matilde Rosa Araújo, durante o qual foram distribuídos para cima de 1000 livros infantis; diversos colóquios, recitais de poesia e sessões de autógrafos com escritores; finalmente, projecção de filmes culturais, cedidos por várias embaixadas.

Notável, também, foi a conferência do P. Maur Cocheril intitulada «O Mosteiro de Alcobaça visto por um monge de Cister».

A I Feira do Livro em Alcobaça foi um êxito completo, pois o interesse do público traduziu-se na compra de centenas de obras, nunca se tendo notado, em qualquer dos dias em que esteve aberta, nenhuma quebra no entusiasmo dos seus frequentadores.

Exposição Camoniana em Viseu

A exposição bibliográfica camoniana que se realizou em Viseu foi integrada no programa das Festas da Cidade, antiga tradição local este ano renovada e decorrida de 10 a 18 de Junho. No segundo dia festivo, a 11 portanto, pelas 18 horas, as autoridades locais inauguraram na Biblioteca Municipal (Casa Amarela) a referida exposição que compreendia não só muitas edições portuguesas e estrangeiras de «Os Lusíadas», mas também outras espécies bibliográficas, algumas muito valiosas, sobre Camões e o seu poema. A mesma foi bastante apreciada e registou assinalável afluência de visitantes o que veio comprovar de novo que iniciativas culturais têm sempre cabimento em programas populares, desde que apresentadas com a oportunidade, divulgação e o gosto estético que elas requerem.

117 edições de «Os Lusíadas» expostas em Aveiro

Promovida pela Comissão Distrital do Festival da Juventude, realizou-se em Aveiro, de 3 a 10 de Junho, no Salão dos Serviços Culturais da Câmara Municipal, a inauguração de uma «Exposição Bibliográfica» comemorativa do Quarto Centenário da Publicação de «Os Lusíadas».

À abertura do certame, sem dúvida de extraordinário interesse, pelo número invulgar e qualidade das edições de «Os Lusíadas» que apresentava — e mesmo pela raridade de algumas delas — estiveram presentes as mais representativas individualidades da cidade e da região.

Numa breve sessão inicial, a aluna do 5.º ano do liceu, Maria Leonor de Almeida Rino, revelou o valor documental da exposição que ia ser inaugurada e que apresentava nada menos do que 177 edições diferentes de «Os Lusíadas», que constituem, decerto, uma das mais copiosas e valiosas colecções da Epopeia Nacional, pertencentes a um só particular. Produziu depois algumas considerações sobre Camões e «Os Lusíadas» e o significado da comemoração, cuja organização pertencia à Delegação Distrital da M. P. F.

Em seguida, o aluno do 5.º ano do liceu, Florentino Manuel Valente Marabuto, leu expressivamente o episódio do Adamastor.

A exposição compreendia edições desde a quarta (1591), algumas das menos frequentes e mais estimadas dos séculos imediatos (do século XVIII falta apenas uma das conhecidas, e do século XVII apenas uma). Estão expostas umas duas dúzias de traduções — em oito línguas, sendo em maior número (10) as versões em francês.

Comemoração do 4.º centenário de «Os Lusíadas» e do cinquentenário da primeira travessia aérea do Atlântico-Sul em Bragança

Figuras das mais representativas nos campos social, político e intelectual, colaboraram, em Bragança, de 3 a 10 de Junho, nas comemorações do IV Centenário da publicação de «Os Lusíadas» e do «Cinquentenário da primeira travessia aérea do Atlântico-Sul». As mesmas iniciaram-se no dia 3, com a inauguração da Exposição Bibliográfica Camoniana e de Trabalhos dos Alunos das Escolas, na Escola Preparatória de «Augusto Moreno».

No salão de festas do liceu realizou-se uma conferência evocativa do feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em que foram oradores o contra-almirante Sarmento Rodrigues, presidente da Comissão Executiva Nacional das comemorações daquele feito o general Ivo Ferreira e o tenente-coronel Amadeu Ferreira.

No dia 4, no Liceu Nacional desta cidade, pelas 15 horas, disputou-se um concurso sobre «Os Lusíadas», seguido da representação da peça em um acto «Auto da Raça». No dia 5, o Prof. Doutor Lopes de Almeida, presidente da Comissão Executiva do IV Centenário de «Os Lusíadas», proferiu uma conferência. Pelas 18 horas, dos dias 6 e 7, houve colóquios sobre «Os Lusíadas» orientados pelos professores Dr. Júlio de Carvalho e Dr.ª D. Maria José Trigueiros.

No salão da Biblioteca do Museu Regional do «Abade de Baçal», o antigo ministro das Finanças e deputado Dr. Águedo de Oliveira fez no dia 8 outra conferência sob o tema «Os Lusíadas levantam sempre problemas». Também no dia 9, no salão de festas da Escola Industrial e Comercial, o seu director, Dr. Hironidino da Paixão Fernandes proferiu uma conferência subordinada ao título «Quando o sonho não é pequeno...», acompanhada de diapositivos.

Finalmente, no «Dia da Raça», encerraram-se as comemorações, com um festival da juventude estudantil, na cerca da Escola Preparatória, e, pelas 15 horas, convívio camoniano: jograis, recitativos e grupos orfeónicos, ainda sessão de entrega de prémios de Jogos Florais e representação do auto «Os Anfitriões», no salão da Escola Técnica de Bragança. Esta cidade soube assim comemorar dignamente duas datas do maior relevo da nossa história.

Livros ingleses para crianças portuguesas

No dia 25 de Outubro foi inaugurada, no Instituto Britânico, uma exposição de livros infantis e juvenis ingleses. Contrariamente ao habitual em acontecimentos semelhantes, não houve nenhuma inauguração com acto de maior ou menor circunstância, mas a entrada da primeira revoada de crianças de algumas escolas onde o inglês é ensinado com particular interesse, acompanhadas dos seus professores.

A exposição, especialmente organizada em Londres pelo British Council para ser apresentada no estrangeiro, é constituída por uma selecção de cerca de 500 obras recentemente publicadas no Reino Unido, de entre os milhares de livros congéneres que, actualmente, saem dos seus prelos, destinados a crianças e jovens dos grupos etários desde os 3-4 aos 11-12 anos de idade.

Após a visita, houve uma sessão especial de filmes infantis.

Exposição bibliográfica do livro desportivo

Realizou-se em Setúbal, no mês de Junho, uma exposição bibliográfica do livro desportivo levada a efeito pela Comissão Organizadora dos II Jogos Juvenis de Setúbal, com o patrocínio da delegação da Direcção-Geral dos Desportos daquela cidade e com a colaboração do Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral dos Desportos.

Este centro de documentação dos desportos desde há três anos tem levado ao conhecimento dos desportistas portugueses algumas das mais recentes e fundamentadas espécies bibliográficas referentes à educação física.

Durante o tempo em que decorreu o certame efectuaram-se colóquios sobre temas desportivos.

Exposição de revistas médicas inglesas na Faculdade de Medicina

Na sala de leitura da biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra foi organizada em Maio uma exposição de revistas médicas inglesas, num total de 180 espécies, da iniciativa do British Council.

Exposição do livro juvenil

Em Viana do Castelo foi organizada uma exposição de livros juvenis e infantis da iniciativa do Commissariado Nacional da M. P. F. Foi vasto e completo o número de obras expostas, constituindo excelente orientação para os jovens que desejem cultivar o espírito através da leitura.

Oferta de uma colecção de livros ao Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras

Integrada nas comemorações da Semana de Arte Moderna, foi inaugurada, no dia 2 de Junho, uma importante exposição de livros, no Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Coimbra, cerimónia a que presidiu o Sr. Prof. Dr. Gama e Silva, embaixador do Brasil em Portugal.

Esta exposição foi organizada pelo Prof. Dr. Leodegário A. de Azevedo Filho, com a colaboração do Prof. Mário Bonatti e conta com a colaboração oficial do Instituto Nacional do Livro e de mais de uma dezena de editoras brasileiras.

No final desta cerimónia, o embaixador do Brasil fez a entrega das referidas obras ao Instituto de Estudos Brasileiros.

Exposição de livros no Vaticano

O Vaticano tem agora em exposição 150 raros e preciosos livros, de séculos passados, alguns impressos antes de Cristóvão Colombo ter descoberto a América.

A exposição, que foi inaugurada pelo Cardeal Jean Villot, está localizada numa sala de frescos ligada aos museus do Vaticano e faz parte do «Ano Internacional do Livro», patrocinado pela Organização Educacional, Científica e Cultural da O. N. U. (U. N. E. S. C. O.).

Entre as várias obras estão a primeira condenação papal de Martinho Lutero, um apelo para a guerra contra os turcos, a primeira tradução árabe de Euclides e um catecismo em tonquinês.

Os livros, normalmente confinados à Biblioteca do Vaticano, apenas à disposição de estudiosos, ilustram a história da impressão em Roma e no Vaticano ao longo dos últimos cinco séculos.

O volume mais antigo é constituído pelas epístolas de São Jerónimo, impresso em 1468 por Conrad Swenheym e Arnold Pannartz, dois sacerdotes que aprenderam a arte de imprimir na sua terra natal — a Alemanha. Entre as obras expostas, destaca-se uma proveniente dos arquivos secretos do Vaticano, a petição que os referidos editores dirigiram ao Papa Sisto IV, pedindo a ajuda da Igreja para o seu trabalho de impressão.

Os livros mais recentes, encomendados pelo Vaticano a tipógrafos particulares, incluem o texto de um discurso de 1513 feito ao Quinto Concílio de Latrão, apelando para a guerra contra os turcos, e uma bula papal, datada de 1520, e dirigida «contra os erros de Martinho Lutero e dos seus seguidores».

Está patente também uma dissertação em quatro volumes sobre a unidade da Igreja, escrita pelo cardeal britânico Reginald Pole, uma obra extremamente rara porque o Vaticano a considerou um livro «demasiado amargo» contra o rei Henrique VIII e ordenou que a maior parte dos exemplares fosse destruída pouco depois da sua publicação.

Outro livro enumera as concessões e privilégios concedidos aos padeiros romanos por sucessivos Papas. Outro trata da praga. Outro, de uma colecção de poemas toscanos, pelo Cardeal Barberini, que mais tarde foi o Papa Urbano VIII.

A oficina de impressão poliglota, estabelecida em 1626 pela Congregação Missionária do Vaticano ou Congregação para a Propagação da Fé, expôs um conjunto de livros em línguas e alfabetos que vão desde o caldaico até ao tibetano, ao etíope, ao japonês e ao malaio.

Também há traduções dos Evangelhos nas línguas hebraica e árabe, a primeira tradução árabe da geometria de Euclides, um dicionário anamita-português-latino e um catecismo em tonquinês para os convertidos indochineses.

O livro de temas desportivos no nosso País

«O Século Desportivo», jornal que à causa do desporto dedica esclarecida atenção, publicou recentemente (19 de Junho do ano corrente) um artigo do Dr. Manuel Sérgio que é um dos seus mais destacados e lúcidos colaboradores. Dado o interesse e ineditismo do tema, «Cadernos» pedem vénia para o transcrever na íntegra, congratulando-se com o interesse despertado pelo livro, como veículo cultural, em todos os domínios da actividade humana.

E entre esses domínios encontra-se o do desporto — hoje à beira de ser regido por uma nova concepção e novas mentalidades, para o que bastante contribuem depoimentos como os de Manuel Sérgio:

«Por trabalhar no Centro de Documentação e Informação da Direcção-Geral da Educação Física e Desportos (e só por isso) já me foi proporcionado organizar exposições de livros e revistas de educação física, em Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Guarda, Figueira da Foz, Póvoa de Varzim, Alpiarça e Setúbal. Posso talvez, por isso, emitir uma opinião sobre a actualidade e aceitação do livro de tema desportivo, no nosso País.

Todos sabemos que «o veículo clássico da Literatura é, sem dúvida, o livro». Veículo, isto é, dá, transmite, estimula. Dá o quê? *Tipos* que empurram à imitação, *modelos de conduta*

que vão ser padrões de comportamentos. Mas a função do livro não se resume à dádiva, à transmissão, por isso que também ele é receptáculo que conserva, guarda, adia o esquecimento. Assim, o livro (e não só o livro) reflecte a sociedade e reflecte-se na sociedade. E reflecte a sociedade até na sua circulação e número de exemplares por tiragem.

É que há sociedades onde os *valores fetiches* predominam sobre os mais e, por isso, nem sempre a difusão de uma obra corresponde ao seu valor intrínseco. No caso português e revertendo ao fenómeno desportivo, sabemos como o desporto tem sido manietado por uma compreensão defeituosa da educação física em geral. Ficámo-nos pelo desporto-espectáculo e perdemos uma visão integral do que a prática desportiva pode oferecer de capacidades de movimento e expressão, a quem delas se quiser (ou puder) servir. Nunca nos familiarizámos, portanto, com o que de mais humanizante possui o desporto. Nesta conformidade, o livro de tema desportivo apresenta, no nosso meio, forçosamente, tiragens diminutas e circulação quase nula.

E não me detenho agora sobre a cisão desporto-ciência. Na realidade, sempre separámos, com desusada frequência, o desporto, enquanto técnica, do suporte científico que deve fundamentá-lo. Por isso, o impressionismo ingénuo, a incapacidade de percepção global, o dogmatismo das técnicas e métodos de treino, o culto dos «monstros sagrados» e dos «predestinados», a pobreza de conceitos — em que o nosso desporto tem sido fértil. Há quem se mostre alarmado pelo desinteresse da juventude actual pelo futebol. Pois eu acho absolutamente normal o fenómeno. O jovem assumiu, com relativa facilidade, o «espírito do tempo» e sente, por isso, o radical antagonismo existente entre o progresso acelerado que o circunda e a fixidez *arcaica* do mundo do futebol-espectáculo. E um desporto *acientífico* não convida à leitura...

Segundo um jornal da especialidade, o livro de tema desportivo mais procurado e com largo avanço sobre os mais é «O Desporto e as Estruturas Sociais» do prof. José Esteves. Mas o facto, se vem consagrar um nome, abre-nos a outra pergunta: e quantos são os autores nacionais, capazes de nos transmitir uma visão actualizada do desporto nos vários ramos da ciência e da filosofia?... Estou a recordar-me da expressão do geofísico francês Charles Maurain: «Nada conta senão a ciência pura e a pesquisa desinteressada». A expressão não logra libertar-se «a priori» de um certo extremismo, mas serve para nova interrogação: onde está, entre nós, a investigação científica, na disciplina do desporto?... Aliás, sem investigação, não pode compor-se qualquer visão actualizada do que quer que seja! Franqueza, franquezinha, os dedos de uma só mão bastam-nos para enumerar os autores de nacionalidade portuguesa capazes de nos apresentar, com rigor, uma tese sobre tema desportivo. Aceito mesmo que tenhamos razoáveis *divulgadores*, *inovadores* não temos. Nem pouco mais ou menos (conforme é uso agora dizer-se). Concluindo: em Portugal, e nesta especialidade, não só não há público, como dificilmente se encontram autores. Demais, a pobreza de uns reflecte a incapacidade dos outros (e vice-versa).

Após ter percorrido, ao serviço da Direcção-Geral da Educação Física e Desportos, algumas cidades e vilas deste nosso querido Portugal, levando nas mãos pressurosas e persistentes algumas espécies bibliográficas desportivas de bom índice técnico-científico; após a auscultação «in loco» de necessidades e possibilidades locais — posso adiantar, com alguma convicção, que o livro de tema desportivo, de feição mais fundamentada, poucos leitores congrega. Embora estas exposições me pareçam sumamente oportunas, pelo estímulo de leitura e estudo que representam. Os efeitos serão ainda silenciosos, mas nunca uma *semente* fez demasiado estrépito...

E o futuro do livro de temas desportivos, no nosso País? A resposta parece-me fácil. Peço, no entanto, licença para me servir de uma citação dessa magnífica revista de cultura «Brotéria», Março, 1972: «O livro tem futuro próprio que será respeitado e até favorecido pelas novas técnicas de comunicação enquanto estas a ele recorrem e, mesmo sem o querer, o ajudam a difundir, criando interesses, despertando curiosidades, promovendo anseios de maior

nível cultural e abrindo campos de conhecimentos só ampliáveis pela leitura. Mas o futuro do livro depende igualmente da produção qualitativa dos autores que só aparecerão nos meios onde a batalha da educação vingou; nos meios onde a cultura é o melhor pão de cada dia a alimentar e modelar indivíduos...» Creio que «mutatis mutandis», e com uma ou outra adaptação, seria isto mesmo o que acrescentaria.

Também a crítica desportiva (não existe crítica digna desse nome sem autocrítica) tem, neste caso, uma palavra a dizer: modelando o gosto do público, incitando a aquisição de livros de boa craveira científica, determinando algumas reacções favoráveis a uma visão renovada do desporto — ela deverá desempenhar um relevante papel sociológico, neste sector. E penso que também ela deverá preparar-se para contribuir inequivocamente à expansão e valorização do livro de temas desportivos.» (MANUEL SÉRGIO).

Inauguração de uma biblioteca no Patronato de Nossa Senhora da Torre

Aproveitando a sua deslocação a Braga, a fim de visitar a V Exposição-Feira Agrícola, o Subsecretário de Estado da Juventude e Desportos inaugurou uma biblioteca — oferecida pela Fundação Calouste Gulbenkian — numa das salas do Patronato de Nossa Senhora da Torre, no Largo de Santo Agostinho.

Esta obra tão útil é destinada a preencher os tempos livres dos jovens e de quantos desejarem beneficiar da boa literatura ao serviço da educação nacional.

Criação de uma Casa de Cultura na Covilhã

Na Direcção-Geral dos Serviços Culturais do Ministério da Educação Nacional foi pedida recentemente, pelas forças vivas da cidade, a criação da Casa da Cultura da Covilhã, sendo para tal prometido o melhor apoio, assim como para o Conservatório Regional de Música, também objecto de consideração.

Centro de Estudos de Literatura Infantil

Em íntima colaboração com a Sociedade de Língua Portuguesa, surgiu o Centro de Estudos de Literatura Infantil (1970), graças à iniciativa da escritora Lília da Fonseca que, para o efeito, se deslocou ao estrangeiro onde visitou várias bibliotecas especializadas na difusão de literatura infantil.

Nestes dois anos de organização, o Centro já realizou a I Exposição do Livro Infantil Português (no Estoril), com a colaboração da Junta de Turismo da Costa do Sol e de uma editora, durante a reunião, em Lisboa, do júri internacional para a atribuição do Prémio Andersen-72.

Os planos do Centro, numerosos a longo, médio e curto prazo, são norteados por dois objectivos principais: a divulgação do livro infantil e o intercâmbio com associações internacionais.

A presença do livro infantil português no estrangeiro é também uma das preocupações do Centro, mas são enormes as dificuldades a vencer neste ponto, pois como organismo não oficial e desligado de qualquer outra instituição, o Centro tem encontrado problemas na conse-

ção de alguns planos aparentemente simples, como, por exemplo, o envio de livros de autores portugueses a mostras e competições internacionais.

Daqui resulta o desconhecimento total, no estrangeiro, da existência de uma literatura infantil portuguesa. No entanto, apesar de pouco representativa, ela existe, existiu e tem uma história...

Lília da Fonseca refere que nos seus trabalhos de pesquisa sobre literatura infantil encontrou notícia de um livro publicado em 1778 por João Rosado de Vilalobos e Vasconcelos com o título de «Livro dos meninos», que se afigura ser o livro mais antigo para crianças, de autor português. Antes e depois desta data, a pouca literatura infantil publicada em Portugal é quase toda de origem estrangeira, designadamente traduções do francês, dentre as quais sobressaem as obras de M.me de Beaumont. A este respeito é curioso notar que a obra mais antiga editada em Portugal em intenção das crianças (1603) parece ser a tradução das fábulas de Esopo, de Manuel Mendes, que usou o pseudónimo de Manuel Lyra.

Na realidade, no nosso país, só no séc. XIX, a par da preocupação universal com a criança manifestada por psicólogos e pedagogos, se começa a observar o aparecimento de uma literatura infantil de autores portugueses. Literatura não muito brilhante nem sequer abundante... mas que representa um passo enorme em relação ao «Livro dos meninos» do século anterior. Basta que nos lembremos dos nomes de Ana de Castro Osório, Adolfo Coelho, Virgínia de Castro e Almeida, Alice Pestana (sob o pseudónimo de Maria Rita Chiappe Cadet e Caêl). Já no último quartel do séc. XIX, grandes nomes da literatura portuguesa se voltaram também para a criança: João de Deus, o autor da «Cartilha maternal», escreve «Versos para o povo e para as crianças» — edição póstuma, com ilustrações de António Carneiro; em 1877, Guerra Junqueiro publicava os seus «Contos para a infância»; Gomes Leal, a «História de Jesus», em 1883... E fiquemo-nos pelo séc. XIX...

A pequena biblioteca do Centro é aumentada através de subsídios (sempre incertos...), de doações particulares (praticamente nulas) ou de livreiros (o que constitui outra incerteza...). Quanto ao trabalho da equipa (ainda em fase de estágio preliminar) pretende obedecer ao seguinte plano:

- 1 — Inventário de livros e autores portugueses, em bibliotecas públicas ou particulares, monografias, enciclopédias e revistas.
- 2 — Elaboração de referências de fácil utilização.
- 3 — Biografias (com fotografia) de autores, muitas das quais enviadas pelos próprios.
- 4 — O estudo das obras «em si», visando a formação de uma «opinião crítica».

Depois, o Centro ficaria aberto ao público e estudiosos e poder-se-ia impor como organismo verdadeiramente operante.

Mas numa análise, ainda que superficial, não é difícil concluir que o problema do livro infantil português se situa dentro de um determinado contexto sócio-político-cultural e que para ele tem de convergir a acção conjunta de vários sectores, na sua primeira fase de solução: editores, escritores, ilustradores, pedagogos, estudiosos, etc., para lá de uma acção puramente governamental.

Diz Lília da Fonseca:

«Há actualmente escritores portugueses muito apreciáveis neste género de literatura e nunca se escreveu tanto para a criança, em Portugal, como hoje. Seria preciso que todos os que têm nas mãos o processo de divulgação do livro dessem ao livro infantil português uma maior possibilidade de expansão e de se tornar conhecido».

Quanto ao papel do Governo, segundo uma perspectiva de Alice Gomes:

«Terá de se tocar na lei: uma lei que impõe livros únicos para leitura, nas classes da escola primária. *É preciso abolir, pelo menos, o exclusivismo desses livros. A criança lerá na escola, sob os olhos do seu professor, quantos livros, este ou aquela, puderam obter* (1). Todos são úteis se forem bons. Se proibirmos os livros de entrar na escola, como há-de ser?...»

No «curriculum» de estudos das escolas de preparação de professores, a literatura infantil devia ser matéria obrigatória, assim como outras formas de Educação pela Arte.

Pelo que respeita à política de órgãos de informação, acrescenta a mesma:

«Temos algumas revistas para crianças e jovens e quase todos os diários portugueses têm uma página semanal para crianças, onde rara literatura portuguesa aparece. Que em todas essas páginas se inserisse uma ou duas colunas de prosa ou poesia portuguesa, original ou antológica, já era uma «lança metida». («O Comércio do Porto» está a realizar uma tentativa neste sentido). Penso que nos jornais de província, nos semanários em que mingua a colaboração, ficava bem uma selecção de bons autores portugueses. Desde o «Serra Bendita», lá do Marão, até ao «Jornal do Algarve» ao qual a pedagogia é tão querida. Até no «Gaiato» e no «Ardina» ficava bem».

Lília da Fonseca pergunta:

«Por que não dar os suplementos juvenis dos jornais, os programas da rádio e da televisão consagrados à juventude e à infância aos escritores?»

Aqui ficam esboçadas sugestões e apontadas linhas de rumo. A quem de direito, o executá-las...

Entregues mais vinte bibliotecas municipais

O presidente do Município, eng. Santos e Castro, procedeu, no Palácio Galveias à entrega de mais vinte bibliotecas municipais no decurso de uma breve cerimónia.

Na oportunidade, o eng. Santos e Castro afirmou ser esta a primeira entrega de bibliotecas referente ao ano de 1972, entregas normalmente levadas a efeito em Junho e Outubro de cada ano. A seguir, o presidente do Município apontou a importância da obra levada a cabo pelas bibliotecas municipais.

Assim, ascendem já a 453 o número de bibliotecas instaladas, com mais de 138 700 livros, ao longo de uma distribuição que, com início em 1959, abrangeu escolas, associações de cultura e recreio, clubes desportivos, edifícios municipais, hospitais, cadeias, etc.

Constituídas por cerca de 6 900 livros, de formação moral, literatura, recreativos e de divulgação histórica e científica, as bibliotecas ontem entregues vão funcionar nos seguintes locais: escolas oficiais do ensino primário n.ºs 50, 54, 95, 99, 198, 8, 96, 118, 125 e 167; Juntas de Freguesia de S. Sebastião da Pedreira e da Charneca; Serviços Sociais das Forças Armadas; D. S. U. — Centro de Convívio; Clube Atlético e Recreativo da Encarnação; Academia Musical «União Familiar»; Ateneu da Madre de Deus, Academia Recreio Artístico, Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa e Clube de Turismo do Atlântico.

Depois de salientar a utilidade dos serviços prestados pelas bibliotecas sobretudo no que se refere às camadas mais jovens da população, o eng. Santos e Castro lembrou a figura do dr. Joaquim Silva Pinto a quem esteve entregue, até à sua morte, a organização do serviço de bibliotecas municipais, não deixando de apontar as qualidades do novo encarregado pelos mesmos serviços, o dr. Mário Quartim Graça.

(1) O sublinhado é nosso.

«Manuscritos & Livros Valiosos» (2.º volume) por J. A. Teles da Silva

Mais uma vez, J. A. Teles da Silva vem dar uma valiosa contribuição a todos quantos se interessam pelo conhecimento e divulgação das obras raras de determinadas épocas, bem como pela organização de uma boa livraria. Este segundo volume de «Manuscritos & Livros Valiosos» contém a discriminação pormenorizada de obras do maior valor e extrema raridade, uma vez que são reunidas com uma notável compreensão da ciência bibliográfica. Manuscritos e incunábulo, obras dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX constituem o presente volume, valorizado, ainda, com um notável ensaio biobibliográfico sobre o modo de se organizar uma biblioteca privada da autoria do visconde da Trindade.

Neste repertório inclui-se um índice de assuntos que abrange os domínios da ciência, da anatomia, astrologia, astronomia, geografia, botânica, fauna, bem como da história, do comércio, crónicas monásticas, descobrimentos, epistolografia, guerra peninsular, ilha da Madeira, navegação, etc.. Entre estas raridades avulta uma colecção de desenhos do século XVIII, um incunábulo de Sancio de Arevalo; duas obras de el-rei D. Manuel I, outras de Diogo Pacheco e Varthema, padre Francisco Álvares, Medina, Fernandez de Palencia, Argote de Molina, Cornelio Wytfliet, Fernão Mendes Pinto, Martinez de Espinar, Soror Mariana Alcoforado, padre Gaspar Kastner, La Gueriniere, Cervantes, Desmarest e L'Eveque. A apresentação cuidada está perfeitamente de acordo com o interesse e valor destes documentos raros, testemunhos de um pensamento histórico, político, religioso, científico e social de várias épocas.

O problema do livro português abordado na Academia das Ciências

Na Academia das Ciências de Lisboa, o Prof. Dr. Gonçalves Pereira fez uma comunicação acerca do problema do livro português. Disse que existe uma crise na actividade editorial devida à limitação do mercado interno, verificando-se uma injusta condenação de alguns bons autores, a propaganda de escritores mediócras, uma desordenada e exagerada actividade de obras traduzidas.

A propósito de obras traduzidas, tratou do importante problema de traduções de obras portuguesas no estrangeiro da maior relevância para o prestígio nacional.

Abordou o problema da renovação das artes gráficas e indústria, respectivamente, referindo-se ao que está a ser tentado pela Imprensa Nacional, e fez referência ao mercado brasileiro, defendendo não só a criação de editoras portuguesas no Brasil, como o auxílio indirecto do Estado, quer por meio de prémios de exportação, quer através de protecção fiscal, a fim de as editoras portuguesas poderem penetrar no mercado brasileiro, cuja conquista tem que ser uma obra de promoção comercial longa, difícil e dispendiosa.

Estudou as possibilidades de colocação do livro português noutros países, especialmente junto das comunidades portuguesas dos Estados Unidos, da Argentina, da Venezuela, da África do Sul e de Hong-Kong.

Finalmente, sugeriu a criação de um Instituto Nacional do Livro, à semelhança do que existe em Espanha e no Brasil, mencionando quais poderiam ser as suas funções como elemento coordenador e propulsor do movimento interno e externo da expansão do livro português.

Dia Mundial da Normalização

Pela segunda vez celebrou-se o Dia Mundial da Normalização. A escolha recaiu sobre o 14 de Outubro por ter sido neste dia em 1946, que um Comité das Nações Unidas, que se ocupava com o estabelecimento das bases para o comércio internacional, resolveu criar a Organização Internacional de Normalização (I. S. O.), o que se efectivou em 1947.

Partindo de um agrupamento proveniente essencialmente de países industrializados da Europa, a I. S. O. reúne hoje cerca de 70 países, verificando-se que mais de sessenta por cento dos seus membros são países em vias de desenvolvimento.

A normalização tem por objectivo estabelecer uma ordem num certo domínio, com a colaboração dos interessados, mediante a utilização de normas, que são documentos onde estão reunidas, de um modo explícito e conciso, prescrições importantes inerentes a um determinado assunto.

Importante legado à cidade de Elvas

No salão nobre do Ayuntamiento da cidade espanhola de Badajoz foi entregue uma valiosa biblioteca de livros portugueses — 630 volumes — à Câmara Municipal de Elvas legado de António Cuellas, que foi nesta cidade vice-cônsul de Portugal durante trinta anos e era grande amigo do nosso país.

A entrega foi feita pelo actual presidente do Ayuntamiento local e filho do doador.

O que se lê neste mundo ⁽¹⁾

Há dois anos, em todo o Mundo, era publicado um livro por minuto, o que perfazia um total de 546 000 títulos. Nada mais, nada menos que o dobro, em relação a 1950. Só a Europa fornece cerca de metade da produção mundial, e, incluindo a U. R. S. S., se lhe juntarmos o Japão e os Estados Unidos, teremos mais de 80 por cento.

Quanto aos restantes dois terços dos países, o movimento editorial é muito inferior, quer em quantidade, quer em qualidade — já que, na maior parte das pequenas nações, a «necessidade» e o «gosto» são determinados por editores estrangeiros.

Verdadeiramente, o que lêem as pessoas? A maior parte lê os livros que encontra, mas, se não encontra o que procura, acaba por não ler coisa nenhuma. É, pois, evidente que a categoria e o assunto dos livros publicados são, pelo menos, tão importantes (para que haja ensejo de atender à «fome» de leitura) como uma produção, dia após dia, mais intensa.

As obras editadas destinam-se, certamente, a ser lidas; e, pela análise dos títulos seleccionados para publicação, pode ficar-se com uma ideia dos assuntos que, do ponto de vista dos editores, deverão «interessar» ao público.

Tais informações obtêm-se através das respostas que os diferentes países dão aos questionários da U. N. E. S. C. O., acerca da quantidade e dos assuntos dos livros postos à venda. Os dados mais recentes (1970) farão parte do Anuário Estatístico da U. N. E. S. C. O., a sair no próximo mês.

O questionário divide os temas em 23 «classes». Mas a classificação não compreende rubricas alusivas aos compêndios que, na maior parte dos casos, são incluídos na «classe» correspondente: um compêndio de geografia, por exemplo, será atribuído à rubrica «Geografia», enquanto que um compêndio de aritmética ficará sob o título mais genérico de «Matemática».

(1) Artigo extraído de «O Século», Lisboa, 9 Set. 1972, p. 14 e 12.

Quanto à literatura — ainda o assunto mais utilizado pela maioria dos editores — inclui, além dos textos de ficção e poesia os de crítica literária. Mais de 14 por cento dos livros publicados em 1970 diziam respeito, de perto ou de longe, à literatura, o que representa quase o dobro da segunda classe em importância: a indústria. As ciências políticas vêm em terceiro lugar. As classes tabeladas imediatamente após — ciências naturais, educação, história e biografia, direito e artes — estão separadas das primeiras por um larga distância.

Oito dos dez editores mais notórios dão prioridade à literatura. Ei-los por ordem (decrecente) de importância da respectiva produção: Estados Unidos da América do Norte, República Federal da Alemanha, Grã-Bretanha, Japão, França, Espanha, Índia e Países Baixos. Os dois outros principais produtores, União Soviética e Polónia, preferem, em primeiro lugar, o livro sobre problemas industriais, o que também acontece com um dos maiores centros editoriais da América Latina: o México.

Os temas jurídicos têm predominância no Botswana, Ceilão, Chile, Hong-Kong, Luxemburgo, Perú e Turquia. A Jamaica produziu tantos livros sobre direito como sobre ciências políticas. O último assunto merece especial relevo na Bolívia e Irlanda.

No Ghana, no Líbano, em Madagáscar e nas ilhas Maurícias lê-se mais acerca de religião — o que também acontece no Quênia, mas com igualdade no que respeita a obras sobre ensino.

A educação domina a bibliografia da Tailândia, enquanto as matemáticas prendem as principais atenções na Jordânia e Tanzânia. Os Camarões, o Panamá e o Koweit, através de publicações oficiais ou oficializadas, promovem, antes de mais, livros de iniciação a várias disciplinas, num plano geral. E a agricultura está para a Nova Zelândia como a linguística para o Qatar e a Malásia...

Penúria africana

Uma análise que englobe um outro tipo de pormenores será, evidentemente, ainda mais esclarecedora, já que, se atendermos ao maior e ao mais pequeno produtor de cada região, poderemos verificar enormes diferenças.

A U. N. E. S. C. O. promoveu, em 1968, em Accra, uma reunião de peritos acerca do desenvolvimento da indústria do livro em África. Participavam 23 países, mas apenas seis puderam fornecer relatórios suficientemente detalhados, e é com base nessas informações que elaboramos a presente análise.

Em 1969, a Nigéria era, de longe, o maior produtor da África, ao passo que, em 1970, o primeiro lugar (entre os países que responderam ao inquérito da U. N. E. S. C. O.) pertencia ao Quênia. A produção na Nigéria, em 1969, ultrapassava os mil títulos, e o Quênia, no mesmo ano, não ia além de um décimo de tal número.

Seja como for, é mínima a quantidade de obras editadas em África. Pode dizer-se que há ali penúria de livros, já que foi esta a principal conclusão do encontro realizado em Accra.

O Quênia publicou 43 volumes e brochuras sobre religião e teologia e igual número acerca do ensino. Explica-se o lugar importante dado à religião, uma vez que, em toda a África anglófona, as sociedades missionárias foram as primeiras a instalar casas editoras.

Em último lugar, vêm as modalidades desportivas, precisamente num país que se celebrou graças aos seus corredores. Duas classes interessam directamente às nações de recente independência: por um lado, história e biografias; por outro, ciências políticas. O Quênia consagra 16 títulos à primeira e oito à segunda. Com oito e seis obras, estão, em seguida, a literatura e as ciências naturais.

Porém, mesmo as «classes» que não se encontram representadas por qualquer edição, só por isso poderão ser tão elucidativas como as outras (ou mais). Assim acontece em relação à filosofia, ao comércio, à etnografia, à linguística e às artes.

O Botswana é o mais pequeno produtor de África. Em 20 livros, oito referem-se ao direito, dois à agricultura e à geografia, um à história e biografias e outro às técnicas comerciais.

Parte da produção destes dois países, tomados como exemplo africano, é publicada na língua local; o inglês, idioma «paterno», tem influência decisiva na produção e permite uma importação de obras que cobre a maioria das necessidades.

Situação semelhante se verifica nas nações franco-africanas, entre as quais Madagáscar está bem classificada, com 158 títulos. Destacamos: religião, 33; literatura, 31; e, sucessivamente, ciências políticas, educação e agricultura.

O interesse pela etnografia e pelo folclore é relativamente grande: ocupam, ao lado do direito, a sexta posição. Mas ainda aqui, no que também serve de exemplo, a grande solução é o recurso ao livro estrangeiro, de língua francesa.

Do Egipto a Singapura

Atendendo à recomendação da U. N. E. S. C. O., cinco Estados árabes entregaram informações acerca da respectiva produção livreira em 1970. As respostas, porém, não incluíam números respeitantes ao Egipto, no ano citado. Só que, em 1969, este país havia publicado 1872 obras. O Líbano, segundo produtor do mundo árabe, em 1969, um ano depois, editava 594 títulos: sobre a religião, 135. O Qatar, como mais pequeno produtor da região, deu à estampa 99 livros, com 14 temas, em 1970.

Apesar da situação geral de escassez, a Ásia tem dois gigantes do mundo do livro: o Japão, 31 249 (1970) e a Índia, 14 141. Numerosas semelhanças, mas também grandes diferenças, podem ser detectadas nas respectivas indústrias. Por exemplo, ambos põem a literatura à frente e as ciências políticas em segundo lugar.

Porém, no Japão, as artes seguem de muito perto as ciências políticas: 2186 contra 2752 volumes. Na Índia, o terceiro lugar é ocupado pela religião e teologia, o que não deve surpreender ninguém, mas há uma grande diferença entre esta «classe» e a das ciências políticas: 942 contra 2717.

Singapura encontra-se no outro extremo: 520 obras em 1970. A literatura está em primeiro (78), seguida pela linguística (68), aliás, de acordo com as características de um povo de malaios, chineses e anglófonos. Mais «classes»: ciências naturais (44), religião (43), geografia (40); em último etnografia, filosofia e folclore (3).

Uma enorme diferença

Se na América Latina também existe certa *penúria* do livro, as condições, todavia, são muito diferentes das que acabamos de examinar. De uma maneira geral, o problema põe-se, aí, menos em termos de falta de produção do que em termos da insuficiência de relações comerciais internas, o que impõe a esses países o recurso à importação. De acordo com estatísticas de publicações do continente, vê-se que, ao lado de países como a Argentina e o México, com uma produção muito intensiva, há nações cuja indústria mal chega para cobrir as carências mínimas. E as mais pequenas, essas, são incapazes de suportar economicamente uma indústria do livro. Daí que, na reunião organizada pela U. N. E. S. C. O., em Bogotá em 1969, se tivesse

preconizado a intensificação de esforços no sentido de que os livros publicados num qualquer país latino-americano possam circular para além das diversas fronteiras.

Alguns dados sobre a produção de livros, na América Latina: Brasil (6400 títulos em 1969), Argentina em 2.º, México depois (5000 em 1970, sendo um quarto acerca de problemas industriais). Em todos os países há grande interesse pelas questões do desenvolvimento económico, da medicina, da educação. No derradeiro posto, a (anglófona) Jamaica. Só que em relação ao reduzido número de habitantes, 159 obras por ano é considerável.

As produções dos Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha são as mais importantes (respectivamente, 79 530, 78 889 e 33 441), entre os países do Mundo. A literatura continua a predominar na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, enquanto, na U. R. S. S., dois em cada sete livros dizem respeito à indústria e, nos Estados Unidos, metade das publicações são editadas pelo Governo Federal.

Em Portugal (que não está incluído na relação consultada) continua a haver uma esmagadora diferença entre as traduções e as obras de autores portugueses (exceptuando claro, a poesia, de que diàriamente chegam exemplares às montras das livrarias, e que, na maior parte, são publicados a expensas dos autores). O livro estrangeiro, seja ensaio, seja ficção, continua, pois, a exercer sobre os portugueses um «fascínio» que acaba por impor uma cultura franco-inglesa-para-americana, cujos resultados principais são a ausência de um mínimo de possibilidades de construir um «saber» adequado às necessidades do País. — (*Adaptação de um artigo de Edward Wegman, em «Le Courier» — U. N. E. S. C. O.*)

O «Jornal do Brasil» preconiza um maior intercâmbio do livro entre aquele país e Portugal

Com o título «Intercâmbio do Livro» publica o «Jornal do Brasil» um editorial, em que escreve:

«No caso do Brasil e de Portugal, não devemos pecar por excessivo optimismo. Temos de partir modestamente do possível — e o ano internacional do livro, festejado em 1972, deveria inspirar, mais que programas oficiais, necessários ao entendimento de necessidades internas, as condições e formação de bibliotecas básicas, a vontade de editores, o entrosamento de concursos».

«Os livros dos dois países vivem em grande isolamento» — escreve o jornal. E lembra que o acordo cultural luso-brasileiro, ratificado em 1968, prevê o intercâmbio dinâmico, a aproximação efectiva, como a que faz com que um escritor norte-americano seja conhecido na Inglaterra e um inglês conhecido nos Estados Unidos».

«Durante a recente visita do ministro Jarbas Passarinho a Portugal, veio à baila, mais uma vez, a necessidade de estreitar o intercâmbio entre os dois países no campo da cultura — acrescenta o «Jornal do Brasil». Autores portugueses, antigos e novos, clássicos e contemporâneos, seriam lançados no Brasil, pelo Instituto Nacional do Livro, e Portugal ofereceria, através de órgão similar, a contrapartida.»

Espanha: promulgação de uma lei de emergência para salvaguarda do património documental e artístico

A lei agora aprovada pelas Cortes pretende impedir a exportação e venda de manuscritos não catalogados, bem como de obras de arte consideradas património nacional. Segundo as declarações de um dos deputados que interveio no debate, apoiando a nova legislação, «a venda

de documentos para outros países é uma sangria que se está a fazer aos tesouros nacionais de Espanha e que se tem intensificado nos últimos anos». Tais afirmações foram corroboradas pelo presidente da Comissão de Ciências e Educação das Cortes, ao salientar o facto de se tornarem necessárias frequentes deslocações de investigadores espanhóis ao estrangeiro a fim de se fazer o estudo da história nacional.

Existem em toda a Península Ibérica milhares de documentos valiosos, não inventariados, dispersos pelas instituições governamentais e pelas casas particulares. Trata-se, pois, de elaborar um gigantesco index de todos esses documentos e de restringir a sua exportação quando considerados insubstituíveis.

De acordo com a presente lei cabem na definição de «tesouro dos arquivos nacionais» todos os registos públicos e material literário, científico, histórico e artístico com mais de um século de existência não publicados de uma forma acessível, bem como livros e manuscritos que hajam pertencido a pessoas célebres. Deste modo, todas as bibliotecas e colecções particulares valiosas ficarão registadas num futuro catálogo central e, se necessário, os seus possuidores serão intimados a registar e a preservar o seu material.

NOTÍCIAS VÁRIAS

BOLSA DO INTERNATIONAL SELECTION COMMITTEE DA NATO RESEARCH FELLOWSHIPS

A única bolsa concedida este ano a Portugal pelo International Selection Committee da Nato Research Fellowships foi atribuída à nossa colega Maria Fernanda Ribeiro Duarte Pacheco, técnica do Centro de Documentação da Direcção Geral de Transportes Terrestres. O tema da pesquisa proposto pela nossa colega visa a estruturação duma rede documental mecanizada no sector dos transportes terrestres nos países da Nato. A bolsa é para o ano universitário de 1972-73.

12.ª ASSEMBLEIA GERAL REGIONAL DA FID

Conforme resolução da 11.ª reunião da FID/CLA em Lima, em Setembro de 1971, a 12.ª Assembleia Geral Regional da Comissão realizou-se na cidade do México, em Agosto do corrente ano. No mesmo local e na mesma data, a Associação Latinoamericana de Escolas de Biblioteconomia e Ciências da Informação (ALEBCI) organizou a sua Assembleia Geral.

Aproveitando a presença dos representantes da FID/CLA e da ALEBCI no México, a FID/CLA reuniu um *Seminário Latinoamericano sobre Formação de Cientistas da Informação*, de 23 a 25 de Agosto.

A programação desse Seminário visou permitir estudos e análises comparativos dos problemas que se apresentam nos diversos países da América Latina face à formação inadequada de profissionais para atender as solicitações advindas do progresso da documentação e informação científica e técnica e das pesquisas que vão sendo levadas a efeito no domínio da Ciência da Informação.

Considerando esse tema da maior actualidade dentro do contexto latinoamericano, foi solicitada a divulgação do referido Seminário, a que puderam assistir especialistas interessados no assunto.

Os temas discutidos durante o Seminário foram os seguintes:

1. Estudo comparativo dos currículos das Escolas de Biblioteconomia e Documentação nos países da América Latina face às necessidades de recursos humanos em Ciência da Informação.
2. Teoria da Ciência da Informação.
3. Treinamento de profissionais.

CURSOS NO INII

I — A informação técnica na indústria química, Lisboa, de 17 a 21 de Outubro, 1972
Monitor: Barrio T. Stern — The Wellcome Research Laboratories (U. K.)

Information for the Chemical Industry

Lecture 1 — *Information sources for the pharmaceutical industry.*

a) *Computer services*: Drugdoc, Ringdoc, Medlars, ASCA, Index Chemicus, CAC, CBAC, Biosis.

b) *Hard copy services*: Excerpta Medica, Index Medicus, Current Contents, Index Chemicus, Chemical Abstracts, Biological Abstracts, de Haen.

Lecture 2 — *Information sources for the plastics industry.*

a) *Computer services*: ASCA, Index Chemicus, CAC, CBAC, POST-J, Engineering Index.

b) *Hard copy services*: Current Contents, Index Chemicus, Chemical Abstracts, Engineering Index, Rubber & Plastics Research Association, Society of Plastics Engineers, Plastec, Referativny.

Lecture 3a — *Information sources for the oil industry.*

a) *Computer services*: API, CAC, Engineering Index.

b) *Hard copy services*: Chemical Abstracts, Engineering Index, Referativny, Applied Science & Technology Index.

Lecture 3b — *Information sources for the agricultural chemicals and pesticides industry.*

a) *Computer services*: Biosis, CAC, CBAC, ASCA, Index Chemicus, Bibliography of Agriculture.

b) *Hard copy services*: Biological Abstracts, Chemical Abstracts, Current Contents, Index Chemicus, Scientific Documentation Centre, Bibliography of Agriculture, Bulletin Signaletique, Referativny, Pesticides Bulletin, Commonwealth Agricultural Bureaux.

Lecture 4, 5 — *Chemical Notations.*

a) *Wiswesser Line Notation*: Principles. Provision of schedules to enable decoding (but not tuition which takes about 2 days). Survey of users. Disadvantages. Future developments.

b) *IUPAC*: Principles. Survey of users. Disadvantages.

c) *Ringcode*: Principles. Provision of schedules. Survey of users. Disadvantages.

Lecture 6, 7 — *Patents.*

a) *Patents as a source of information*: Selection of countries for alerting. Convention filing. Key dates and numbers for equivalent patents. Establishment of equivalence index.

b) *Commercial alerting services*: Farmdoc, Plasdoc, Agdoc, Chemical Abstracts, Biological Abstracts, Bulletin Signaletique, Referativny.

Lecture 8 — *Computer applications*: Tapes, discs, inverted files, computer equipment, tape typewriters, suites of programs for indexing and file interrogation. Profile compilation, term truncation and weighted terms.

Lecture 9.

a) *Punched cards*: Punching and sorting techniques, verification, interpretation, tabulation printing, field codes and false drops.

b) *Optical coincidence and edge notched cards*: Principles of co-ordinate indexing. Inverted files. Types of card available. Use of overlays, field codes, limit of term capacity.

Lecture 10 — *Types of computer-based published index*: KWIC, KWOC, WLN, Science Citation Index.

Lecture 11 — *Thesaurus construction*: Pre- and post-coordinate indexing. Enhancement of existing thesaurus. Hierarchic thesauri. Synonym control.

Lecture 12 — *Dissemination methods*: Bulletins, profiles — computer and manual, meetings, personal contact.

Lecture 13 — *Abstracting*: Indicative and informative. House style. Permitted bias.

Lecture 14 — *Microfilm*: Format and equipment. Standards of resolution and density. Microfilm retrieval systems.

II — A informação técnica na indústria têxtil

Porto de 20 a 23 de Novembro, 1972

Monitor: J. M. Ducrot — Institut Textile de France.

1 — *Necessidade da informação* para a indústria, a fim de assegurar o seu desenvolvimento e o seu futuro, em função da evolução dos conhecimentos humanos resultantes da investigação aplicada. Transmissão das técnicas entre os diversos sectores industriais. Caso da Indústria Têxtil Portuguesa, que deve desenvolver um esforço muito especial no campo da informação, semelhante ao desenvolvido pelos países do Mundo Ocidental.

2 — *Centros de documentação* das empresas sectoriais. Seu papel, funções, meios e objectivos essenciais.

3 — *Serviços de documentação*.

a) Informação estática (revistas sinaléticas, index, etc.).

b) Informação dinâmica (personalizada, pesquisa retrospectiva, difusão selectiva segundo perfil).

- 4 — *Fontes de informação no sector têxtil.*
4.1 — Primárias. Avaliação da importância respectiva de periódicos, livros, patentes, normas, teses, relatórios de congressos, catálogos técnicos de fabricantes, etc.
4.2 — Secundárias. Boletins de resumos, informações verbais, etc.
- 5 — *Linguagens.*
5.1 — Documental. Classificação. Uni-terminos, etc.
5.2 — Por palavras-chave. Thesauri.
5.3 — Linguagem livre. Macro-linguagens.
- 6 — *Organização da memória documental.*
Teoria da matriz documental
Aplicações nos diversos sistemas:
— manuais
— semi-automáticos
— automáticos
Comparação das suas características (Ruído-Silêncio).
- 7 — *Relação dos documentos para permitir a sua selecção.*
Teoria simplificada dos conjuntos aplicada à síntese documental.
- 8 — *Análise e Indexação.*
a) Regras de indexação segundo os sistemas.
Incidência na entrada ou na saída dos documentos memorizados.
b) Regras de redacção das análises; normalização — ISO, UNESCO, etc.
- 9 — *Exemplo de uma Rede de Informação Sectorial e Internacional no sector têxtil: o sistema documental «TITUS».*
- 10 — Métodos objectivos de avaliação das necessidades de informação nas empresas têxteis.
- 11 — *Custo e orçamento previsional dos serviços de documentação da empresa e as suas necessidades de informação.*
- 12 — *Necessidade de uma unidade de informação em cada empresa. Caso das pequenas, médias e grandes empresas têxteis.*
- 13 — *Inventário dos sistemas de informação existentes (Sector têxtil). Melhores formas da sua utilização. Avaliações e comparações do ponto de vista económico.*
- 14 — *Ações de formação a desenvolver junto dos utilizadores potenciais da informação para os motivar em relação à documentação.*

Conclusões

Rendabilidade real da informação para a indústria.
Noções de custo e lucro.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho ministerial

Tendo em vista os objectivos que a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional pretende alcançar e de acordo com a orientação estabelecida nos Decretos-Leis números 42 800, de 11 de Janeiro de 1960, e 48 059, de 23 de Novembro de 1967, ouvido o Conselho dos Directores-Gerais, delego as seguintes competências:

A) No secretário-geral, nos directores-gerais e nos presidentes ou directores do Instituto de Alta Cultura, Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, Instituto de Acção Social Escolar, Secretariado para a Juventude e Instituto de Meios Áudio-Visuais de Educação e no inspector-geral do Ensino Particular:

1) Nos termos dos Decretos-Leis números 42 800 e 48 059:

a) As mencionadas no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 42 800, considerando-se que a intervenção ministerial estabelecida pela mesma disposição legal será representada pelo despacho que determina o provimento, a abertura do concurso, a aprovação de listas graduadas, a admissão, promoção ou transferência;

b) Quanto às mencionadas no § único do mesmo artigo 13.º, a prorrogação ou renovação dos contratos de pessoal e a concessão de diuturnidades;

c) Os pedidos de exoneração ou de rescisão dos contratos, com excepção dos que se referirem a pessoal de categoria superior à letra J;

d) O abono de vencimento de exercício perdido a requerimento do funcionário interessado e sobre a reversão de vencimento de exercício perdido ou a perder em benefício de terceiro;

e) A autorização para que os funcionários se possam deslocar em serviço podendo utilizar a via aérea ou veículo próprio, sempre que a exigência do serviço o imponha, bem como autorizar os correspondentes abonos legais a que houver direito.

2) Nos termos do § 2.º do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 48 234, de 31 de Janeiro de 1968, a competência mencionada nos artigos 3.º e 4.º, até ao montante de 400 000\$00;

3) Nos termos da alínea a) do § único do artigo 17.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis do Estado, a competência para a aplicação da pena prevista no n.º 3.º do artigo 11.º;

4) Autorização para a cedência temporária de instalações para fins educativos e de acção social escolar (...)

II — *Director-geral dos Assuntos Culturais:*

a) A transferência de espécies bibliográficas e obras de arte;

b) O exame de espécies inventariadas;

c) A aquisição de obras de arte sem encargos e com ressalvo de responsabilidades;

e) A alteração de horários de museus, bibliotecas e arquivos;

f) O acesso gratuito aos museus e bibliotecas;

g) Autorização para fotografar, copiar e reproduzir obras de arte, fixando as respectivas condições. (...)

VI — *Director-geral da Educação Permanente*

a) A criação, conversão, suspensão, extinção e entrada em funcionamento de cursos de educação de adultos, nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 38 968,

de 27 de Outubro de 1952, e no artigo 103.º do Decreto-Lei n.º 38 969, de 27 de Outubro de 1952, dentro do plano orçamental aprovado;

b) A antecipação e prorrogação de funcionamento dos cursos de educação de adultos, nos termos do disposto nos artigos 30.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 40 964, de 31 de Dezembro de 1956;

c) A dispensa de habilitações da 3.ª, 4.ª e 6.ª classes de ensino primário para efeitos de emprego, nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 42 443, de 10 de Agosto de 1959, e Decreto-Lei n.º 45 810, de 9 de Julho de 1964, e de acordo com as regras estabelecidas. (...) (*Diário do Governo*, II série, n.º 94, 1972-4-21).

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 150/72 de 5 de Maio

(...) CAPÍTULO I

Artigo 1.º — 1. Entende-se por imprensa toda a reprodução gráfica de textos ou imagens destinada ao conhecimento do público.

2. Não são abrangidos por este diploma:

a) Os impressos oficiais;

b) As reproduções de textos ou imagens usados na vida privada e nas relações sociais, tais como bilhetes, cartões, convites, listas de preços, facturas, material publicitário avulso, relatórios e prospectos comerciais e industriais ou de administração, títulos de valores, assim como os financeiros ou bancários, impressos de cheques, listas eleitorais, cupões, etiquetas e outras do mesmo género, dentro dos limites da sua utilização corrente;

c) As reproduções feitas em disco, ou pelo cinema, radiodifusão sonora e visual ou processos semelhantes.

Art. 2.º — 1. A imprensa compreende as publicações periódicas e as não periódicas.

2. São publicações periódicas, ou periódicos, os jornais, revistas e outras publicações editadas sob o mesmo título em série contínua ou em números sucessivos, com intervalos regulares não superiores a um ano.

3. Consideram-se publicações não periódicas os livros, folhetos, cartazes, folhas volantes e outros impressos, editadas e distribuídas unitária ou parceladamente.

4. Os periódicos presumem-se obras colectivas, resultantes do trabalho de profissionais da imprensa ou da colaboração de não profissionais, sob a responsabilidade de um director.

Art. 3.º — 1. As publicações periódicas classificam-se, quanto à sua periodicidade, em:

a) Diárias — as que se publicam, em regra, pelo menos seis vezes por semana;

b) Não diárias — todas as restantes.

2. Não são consideradas como publicações periódicas as que, embora preenchendo os requisitos fixados neste diploma, sejam publicadas com carácter eventual e temporário, por ocasião de congressos, conferências e reuniões semelhantes.

Art. 4.º — 1. As publicações periódicas classificam-se ainda em:

a) Publicações de natureza jornalística — as que tenham predominantemente carácter noticioso ou feição informativa sobre factos ou assuntos de ordem geral e da actualidade;

b) Publicações especializadas — as que se ocupam exclusivamente de assuntos de natureza científica ou literária, histórica, artística, religiosa, forense, técnica, profissional, bibliográfica ou publicitária;

c) Publicações para a infância e a adolescência — as que contenham textos ou imagens destinados declaradamente à juventude ou que possam como tal ser reputadas e as de carácter circum-escolar, definidas na respectiva legislação;

d) Publicações oficiais — as editadas por pessoa colectiva de direito público ou entidade equiparada, em virtude de imposição legal;

e) Publicações officiosas — as editadas por pessoa colectiva de direito público ou entidade equiparada, quando não abrangidas na alínea anterior.

2. As publicações de natureza jornalística que possam também ser consideradas ou para a infância e a adolescência integram-se naquela primeira categoria.

3. A natureza das publicações especializadas não é prejudicada por nelas se incluírem notícias e informações directamente relacionadas com a matéria que as qualifica.

4. As publicações não periódicas classificam-se em especializadas, para a infância e a adolescência, oficiais e officiosas, segundo os critérios contidos no presente artigo.

Art. 5.º — 1. São publicações nacionais as impressas em qualquer parte do território português, independentemente da língua em que forem redigidas.

2. São consideradas publicações estrangeiras as impressas noutros países e as editadas em Portugal por organismos oficiais estrangeiros.

3. As publicações impressas em Portugal, mas destinadas predominantemente ao estrangeiro, podem ser dispensadas de todas ou algumas das obrigações estabelecidas neste diploma para as publicações nacionais, a requerimento dos interessados.

4. As publicações impressas no estrangeiro, cujo director, editor ou proprietário resida em território português, ou destinadas predominantemente a Portugal, poderão ser equiparadas às publicações nacionais, officiosamente ou a requerimento do importador.

Art. 6.º — A imprensa regional é constituída pelas publicações jornalísticas não diária que tenham como principal objectivo a defesa dos interesses de uma localidade, de uma circunscrição administrativa ou de um grupo de circunscrições vizinhas.

Art. 7.º — 1. Consideram-se empresas jornalísticas as que se destinam à edição de publicações periódicas.

2. São empresas editoriais as que se dedicam, separada ou conjuntamente:

a) À edição de publicações não periódicas e à sua distribuição directa ou por intermédio de livreiros e revendedores;

b) À importação ou distribuição de publicações de origem estrangeira, periódicas ou não periódicas.

Art. 8.º — 1. São agências noticiosas as empresas que se destinam a fornecer à imprensa e restantes órgãos de informação notícias, artigos, crónicas, comentários, fotografias ou quaisquer outros elementos informativos.

2. As agências noticiosas são classificadas como nacionais ou estrangeiras, consoante tenham ou não a sua sede em Portugal.

3. As agências noticiosas são havidas como empresas jornalísticas, podendo, no entanto, as agências estrangeiras exercer a sua actividade em Portugal através de representação, independentemente do regime estabelecido para tais empresas.

Art. 9.º — 1. Compete à Secretaria de Estado da Informação e Turismo o exercício das funções administrativas previstas na Lei de Imprensa e neste diploma.

2. A competência não reservada ao Secretário de Estado da Informação e Turismo será exercida pela Direcção-Geral da Informação.

3. À Direcção-Geral da Informação competirá fiscalizar, para os efeitos do presente diploma, a actividade das empresas jornalísticas e editoriais, podendo solicitar a colaboração da Inspecção-Geral de Finanças e de outros organismos oficiais.

4. A fiscalização referida no número anterior, designadamente no que respeita à tiragem das publicações, será efectuada sem prejuízo do segredo da escrituração mercantil.

5. A Direcção-Geral da Informação deverá prestar colaboração técnica às restantes autoridades.

6. Para o exercício das suas atribuições, a Direcção-Geral da Informação poderá ter delegados nas localidades que for julgado conveniente.

(...) CAPÍTULO VI

Art. 41.º — 1. Todos os periódicos terão um título, que faz parte integrante destes e que não poderá confundir-se com os dos já existentes.

2. O título dos periódicos deve ser redigido em português, salvo quando:

- a) As publicações forem redigidas noutra língua;
- b) Se trate de edições em língua portuguesa de publicações de origem estrangeira;
- c) Os termos forem extraídos de línguas clássicas ou de dialectos dos territórios portugueses, ou forem correntes nos usos internacionais ou nos meios a que a publicação se destina.

3. Excepto nas publicações oficiais ou officiosas, é proibida a utilização, nos títulos dos periódicos, das palavras «Governo» e «oficial», ou de qualquer expressão que possa induzir em erro quanto à entidade editora.

Art. 42.º — Os periódicos conterão sempre, em lugar destacado, a data, número e preço, o nome do director e os dos directores-adjuntos ou subdirectores, quando os tenham, e bem assim a indicação da entidade proprietária, da sede da respectiva administração e redacção do estabelecimento onde forem compostos e impressos.

Art. 43.º — São havidos por clandestinos os periódicos que se publiquem sem estarem inscritos ou cuja inscrição esteja cancelada ou suspensa. (...)

(...) CAPÍTULO VII

Art. 45.º — 1. As publicações não periódicas, quando não editadas pelo autor, terão um editor inscrito, que será o responsável pela publicação.

2. Quando a edição for efectuada por uma empresa editorial será considerado como editor o indivíduo que pela empresa responder como tal, nos termos da inscrição efectuada ou segundo a indicação aposta na obra.

3. O disposto no número anterior é aplicável aos proprietários, administradores ou gerentes dos estabelecimentos da indústria gráfica que editarem por conta própria obras não periódicas.

4. Nas publicações não periódicas de carácter oficial ou officioso serão considerados como editores os serviços encarregados da edição, definindo-se os responsáveis através da indicação feita na publicação ou pelos próprios serviços.

5. Tratando-se de publicações mandadas executar, sem intervenção de editor inscrito, pelo próprio autor, responderá este como editor da obra.

Art. 46.º — 1. Para serem admitidos como editores, os interessados devem reunir os seguintes requisitos:

- a) Residirem em Portugal;
- b) Estarem no pleno gozo dos seus direitos civis e não haverem sofrido, nos últimos dez anos, condenação em pena maior;
- c) Terem o curso geral dos liceus ou habilitação equivalente.

2. Podem ainda ser admitidos como editores, com dispensa de requisito da alínea c) do número anterior, os proprietários, administradores ou gerentes das empresas editoriais e dos estabelecimentos da indústria gráfica, os quais deverão possuir pelo menos aprovação no ciclo preparatório do ensino secundário ou habilitação equivalente.

Art. 47.º — 1. Nenhuma publicação não periódica poderá ser posta em circulação sem a indicação do nome do editor, do estabelecimento onde foi composta e impressa e da data de impressão.

2. Quando a edição for efectuada por uma empresa editorial ou estabelecimento da indústria gráfica, o nome do editor pode ser substituído pela denominação da empresa ou pelo nome do estabelecimento, nos termos exactos constantes da inscrição.

3. Nas publicações oficiais e officiosas o nome do editor pode ser substituído pela designação do serviço encarregado da edição.

4. No caso de publicação editada pelo próprio autor, o nome do editor será obrigatoriamente substituído pela indicação de que se trata de edição do autor.

Art. 48.º — 1. São havidas por clandestinas as publicações não periódicas que não tenham editor inscrito, nos casos em que é exigido, ou cujo editor esteja interdito do exercício da profissão.

2. São igualmente havidas como clandestinas as edições efectuadas pelo próprio autor quando este não seja identificado na própria obra.

.....

(...) CAPÍTULO IX

(...) Art. 62.º — É ainda obrigatória a remessa de todas as publicações editadas no País aos serviços do depósito legal, no dia da sua distribuição e nos termos da regulamentação respectiva, com verbete sobre tiragem.

.....

(...) CAPÍTULO XIII

Art. 83.º — 1. Haverá na Direcção-Geral da Informação um registo público de imprensa.

2. Este registo substitui para todos os efeitos, quanto aos actos a ele sujeitos, o Registo da Propriedade Científica, Literária e Artística.

Art. 84.º — 1. Devem ser inscritos no registo:

- a) As empresas jornalísticas;
- b) As empresas editoriais;
- c) As publicações periódicas;

- d) Os profissionais da imprensa periódica;
- e) Os editores da imprensa não periódica;
- f) As agências noticiosas estrangeiras admitidas a exercer a sua actividade em Portugal;
- g) Os profissionais ao serviço da imprensa estrangeira.

2. Devem, igualmente, inscrever-se no registo as entidades equiparadas às empresas jornalísticas e editoriais, as entidades proprietárias de estabelecimentos de indústria gráfica que editem publicações não periódicas em nome dos seus estabelecimento e ainda as entidades equiparadas aos profissionais da imprensa.

3. As entidades a que se referem as alíneas a), b), e), f) e g) do n.º 1 não podem iniciar o exercício das actividades reguladas pelo presente diploma sem obterem a inscrição no registo.

4. Também depende de prévia inscrição a publicação dos periódicos.

Art. 85.º — Constituem ainda objecto do registo as alterações que vierem a verificar-se nos elementos constantes das inscrições iniciais, bem como as sanções aplicadas, por infracções previstas na lei de imprensa, a qualquer das pessoas ou entidades mencionadas no artigo anterior.

2. Para fins de registo das sanções a que se refere o número anterior, a entidade competente remeterá à Direcção-Geral da Informação cópia da decisão condenatória, no prazo de oito dias, a contar da data do trânsito em julgado. (*Diário do Governo*, Suplemento, I Série, n.º 106, 1972-5-5).

* O Decreto-Lei n.º 408/71, de 27 de Setembro, que promulgou a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional, estabeleceu que a Secretaria-Geral é um dos órgãos de concepção, coordenação e apoio.

Art. 7.º — 1. A Secretaria-Geral compreende os seguintes serviços:

- a) Divisão de Pessoal
- b) Divisão de Organização
- c) Divisão de Documentação
- d) Divisão de Estatística
- e) Centro de Informação e Relações Públicas
- f) Divisão de Relações Exteriores
- g) Repartição de Administração-Geral

Art. 10.º — 1. Compete especialmente à Divisão de Documentação:

a) Manter actualizado um Centro de Documentação com a função de recolher bibliografia, documentação, textos e demais elementos de informação relativos a assuntos de natureza educativa e administrativa de interesse para os serviços centrais do Ministério;

b) Apoiar, em matéria de documentação e informação, os demais serviços e todas as entidades, públicas ou privadas, interessadas em assuntos relacionados com a actividade do Ministério;

c) Promover a publicação de Anais e do Boletim Oficial do Ministério e de outras edições que forem julgadas convenientes, sem prejuízo das publicações próprias dos serviços.

2. Todos os órgãos e serviços, permanentes ou eventuais, da administração central do Ministério, estabelecimentos privados, desde que subsidiados pelo Estado, e quaisquer outros órgãos ou serviços externos enviarão obrigatoriamente à divisão de Documentação dois exemplares de todas as publicações, periódicas ou não, ou quaisquer outros documentos, textos ou dados de interesse nos sectores da cultura e do ensino.

3. Ficam integrados nesta Divisão o arquivo geral e a biblioteca do Ministério.

4. Funciona nesta Divisão o serviço de publicações do Ministério da Educação Nacional. (*Diário do Governo*, I série, n.º 141, 1972-6-19).

* Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 348/70, de 27 de Julho, se publica que foi distribuída a lista de antiguidades do pessoal da Biblioteca Nacional de Lisboa, referida a 31 de Dezembro de 1971. (*Diário do Governo*, II série, n.º 128, 1972-5-31).

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Decreto-Lei n.º 226/72 de 5 de Julho

Artigo 1.º — É reorganizada, nos termos do presente diploma, a Secretaria-Geral da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, que adiante se designa, abreviadamente, por Secretaria-Geral.

Artigo 2.º — A Secretaria-Geral é um órgão de apoio técnico-administrativo e compreende os seguintes serviços:

- a) Gabinete de Estudos;
- b) Gabinete de Relações Públicas e Informação;
- c) Serviços Legislativos, com duas secções:
 - Serviços Legislativos da Assembleia Nacional;
 - Serviços Legislativos da Câmara Corporativa;
- d) Serviços Administrativos, com duas secções:
 - Serviços Gerais;
 - Serviços de Contabilidade;
- e) Biblioteca, Arquivo e Museu Histórico-Bibliográfico.

Artigo 7.º — 1. Compete à Biblioteca, Arquivo e Museu Histórico-Bibliográfico: facultar a consulta das publicações em depósito pelos Deputados, Procuradores e serviços da Secretaria-Geral; catalogar e conservar os documentos referentes às legislaturas findas e seleccionar, guardar e conservar os objectos de arte e espécies documentais e bibliográficas respeitantes à história das assembleias legislativas.

2. A Biblioteca, Arquivo e Museu histórico-bibliográfico serão dirigidos e conservados por um bibliotecário-arquivista.

(*Diário do Governo*, I série, n.º 155, 1972-7-5).

* MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

* Maria Teresa Monteiro Freire Temudo Araújo de Campos — nomeada, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 44 506, de 10 de Agosto de 1962, conjugado com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412/71, de 27 de Setembro, para exercer, em regime de contrato, funções de documentalista de 2.ª classe dos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra. (*Diário do Governo*, II série, n.º 92, 1972-4-19).

* Arquitecto Carlos Antero Lopes Ferreira, professor da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa — nomeado bibliotecário da mesma Escola. (*Diário do Governo*, II série, n.º 93, 1972-4-20).

* Doutora Isabel Maria de Almeida Telo de Magalhães Colaço, professora catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — nomeada bibliotecária da mesma Faculdade. (*Diário do Governo*, II série, n.º 93, 1972-4-20).

* Doutor António Almeida Costa, professor-bibliotecário da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa — exonerado, a seu pedido, do referido cargo, por ter sido provido noutra lugar. (*Diário do Governo*, II série, n.º 93, 1972-4-20).

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Lista provisória do concurso para provimento de dois lugares vagos de segundo-bibliotecário, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 29, de 4 de Fevereiro último:

Candidatos admitidos:

Maria Matilde Mano Cerqueira

Marina de Moraes Freitas de Matos.

(*Diário do Governo*, III série, n.º 99, 1972-4-27).

MINISTÉRIO DA MARINHA

Para os devidos efeitos se publica a classificação, homologada por despacho de 11 de Maio de 1972, dos candidatos aprovados no concurso documental para segundo-bibliotecário-arquivista do quadro de pessoal Civil do Ministério da Marinha, aberto por aviso publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 57, de 18 de Abril de 1972:

1.º Maria Julieta Ventura de Oliveira

2.º Maria Alzira Proença Simões

(*Diário do Governo*, II Série, n.º 116, 1972-5-17).

CÂMARA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Para os devidos efeitos se publica a lista definitiva da única candidata ao concurso para provimento de um lugar de segundo-bibliotecário pertencente ao quadro do pessoal maior dos serviços especiais desta Câmara Municipal, aberto por aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 17, de 21 de Janeiro último:

Candidata admitida:

Clara Estefânia Calado de Oliveira e Silva

Mais se torna público que esta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 2 de Maio corrente, deliberou contratar para o referido lugar Clara Estefânia Calado de Oliveira e Silva, ficando; porém, o seu provimento dependente da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos a que se referem os números 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 6.º do artigo 460.º do Código Administrativo. (*Diário do Governo*, III série, n.º 123, 1972-5-25).

* Licenciado António Manuel de Sousa Aragão Mendes Correia — promovido a director (primeiro-conservador) do Arquivo Distrital do Funchal. (*Diário do Governo*, II série, n.º 125, 1972-5-27).

* Licenciada Laura Oliva Correia — contratada para segundo-bibliotecário além do quadro do Museu e Laboratório Zoológico anexo à Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. (*Diário do Governo*, II série, n.º 134, 1972-6-8).

* Licenciada Maria Túlia Mendonça Machado de Araújo Mota de Sousa, segundo-bibliotecário além do quadro da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, por ter sido provida noutra lugar. (*Diário do Governo*, II série, n.º 135, 1972-6-9).

* Jaime Tomás Henriques Rebelo, licenciado em Filologia e Românicas (sic), documentalista do quadro comum dos serviços de economia, colocado em Moçambique — aposentado com a pensão anual de 63 363\$00, relativa a 35 anos, 4 meses e 2 dias de serviço prestado ao Estado, que será acrescida da importância correspondente a 35/40 de 60 por cento do vencimento complementar atribuído à sua categoria, letra F (6500\$), nos termos do § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, aprovado pelo Decreto n.º 46 982 de 27 de Abril de 1966, quando residir nas províncias ultramarinas, pertencendo o encargo desta pensão à província de Moçambique. (*Diário do Governo*, II série, n.º 136, 1972-6-12).

* Licenciada Maria Manuela Marques Nogueira, documentalista contratada fora do quadro — rescindido o contrato, a seu pedido, a partir da data em que tomar posse do lugar de técnico de 1.ª classe da Direcção-Geral de Educação Permanente, do Ministério da Educação Nacional. (*Diário do Governo*, II série, n.º 138, 1972-6-15).

* Licenciado António Cerqueira Ferraz Correia — dada por finda a comissão de serviço que desempenhava como primeiro-bibliotecário da Universidade de Luanda, por ter sido provido noutra lugar. (*Diário do Governo*, II série, n.º 146, 1972-6-24).

* Licenciada Maria da Conceição Osório Dias Gonçalves — nomeada, por dois anos, primeiro-bibliotecário da Universidade de Luanda. (*Diário do Governo*, II série, n.º 149, 1972-6-28).

* Licenciada Ângela Maria do Monte Barcelos da Gama — nomeada definitivamente terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489 de 18 de Julho de 1968), para prestar serviço na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, a partir de 19 de Dezembro de 1971. (*Diário do Governo*, II série, n.º 152, 1972-7-1).

SECRETARIA-GERAL E GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA ACÇÃO EDUCATIVA

Lista nominativa do pessoal administrativo, técnico auxiliar e auxiliar da Secretaria-Geral e do Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, do Ministério da Educação

Nacional, provido nos lugares constantes do mapa a que se refere o n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 201/72, de 19 de Junho, ao abrigo do disposto no artigo 39.º do mesmo diploma,

Primeiro-bibliotecário-arquivista:

1 — Licenciado Sebastião Maria Miranda Avis Pereira de Brito.

Segundo-bibliotecário-arquivista:

1 — Vago.

(*Diário do Governo*, II série, n.º 151, 1972-7-1).

* Licenciada Maria da Conceição Pires Coelho, primeiro-oficial do quadro da Secretaria do Ministério do Ultramar — dada por finda, a partir de 27 de Maio último, a comissão de serviço que vinha desempenhando como segundo-bibliotecário do Instituto de Estudos Sociais. (*Diário do Governo*, II série, n.º 154, 1972-7-4).

* Maria Dulce de Almeida Miranda — nomeada, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 44 506, de 10 de Agosto de 1962, conjugado com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412/71, de 27 de Setembro, para exercer, em regime de contrato, funções de documentalista auxiliar de 1.ª classe dos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra. (*Diário do Governo*, II série, n.º 157, 1972-7-7).

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Concurso documental de promoção para segundo-bibliotecário

Lista provisória dos candidatos ao concurso documental para segundo-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 111, de 11 de Maio do corrente ano:

Candidatos admitidos:

Deolinda da Conceição Santos de Matos

Maria Eugénia Barreto Júdice Ramos Guimarães de Castro

Maria Guiomar Viegas Rebelo de Boadita Ferrão

Orlando de Jesus Monteiro.

(*Diário do Governo*, III série, n.º 158, 1972-7-8).

* Doutor Alfredo Pereira Gomes — nomeado professor bibliotecário da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. (*Diário do Governo*, II série, n.º 167, 1972-7-19).

* Maria Julieta Ventura de Oliveira — provida no lugar de segundo-bibliotecário-arquivista do quadro do pessoal civil do Ministério da Marinha, nos termos da alínea b) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47 271, de 22 de Outubro de 1966, e n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 618/70, de 14 de Dezembro. (*Diário do Governo*, II série, n.º 170, 1972-7-22).

* Maria José Avelar de Azevedo Brás de Lourenço Carretas — contratada para exercer, com carácter provisório, as funções de terceiro-bibliotecário além do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II série, n.º 197, 1972-8-2).

* Licenciada Maria José Sabino Moura — promovida a segundo-bibliotecário e colocada na Reitoria da Universidade de Lisboa. (*Diário do Governo*, II série n.º 179, 1972-8-2).

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Lista definitiva dos candidatos ao concurso de promoção para segundo-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 111, de 11 de Maio do corrente ano:

Candidatos admitidos:

Deolinda da Conceição Santos de Matos

Maria Eugénia Barreto Júdice Ramos Guimarães de Castro

Maria Guiomar Viegas Rebelo de Boadita Ferrão

Orlando de Jesus Monteiro

(*Diário do Governo*, III série, n.º 180, 1972-8-3).

* Maria Manuela Ferreira do Amaral da Fonseca — contratada para exercer, com carácter provisório, as funções de terceiro-bibliotecário além do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II série, n.º 184, 1972-8-8).

* Filipe Pereira Oliva — contratado para exercer, com carácter provisório, as funções de terceiro-bibliotecário além do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II série, n.º 184, 1972-8-8).

* Licenciada Maria Antónia Esteves Dionísio Alves Rodrigues, terceiro-conservador do quadro do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças — exonerada, a seu pedido, das referidas funções, com efeito desde 14 do mês findo, data em que tomou posse de outro cargo público. (*Diário do Governo*, II série, n.º 185, 1972-8-9).

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Para os devidos efeitos e conhecimento dos interessados se anuncia que no concurso documental de promoção para segundo-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, a que se refere o aviso publicado no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 111, de 11 de Maio do corrente ano, foram aprovados os seguintes candidatos:

1.º Deolinda da Conceição Santos de Matos

2.º Maria Guiomar Viegas Rebelo de Boadita Ferrão

3.º Orlando de Jesus Monteiro

4.º Maria Eugénia Barreto Júdice Ramos Guimarães de Castro.

Estas classificações foram homologadas por despacho da presidência de 17 do corrente mês. (*Diário do Governo*, III série, n.º 196, 1972-8-23).

* António Salustiano Lopes de Brito, terceiro-conservador e director do Arquivo Distrital de Faro — rescindido, a seu pedido, o respectivo contrato, a partir de 16 de Março último, por ter sido provido noutro cargo. (*Diário do Governo*, II série, n.º 201, 1972-8-29).

* Maria Branca Guedes Baptista Silva — nomeada, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 44506, de 10 de Agosto de 1962, conjugado com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 412/71,

de 27 de Setembro, para exercer, em regime de contrato, funções de documentalista auxiliar de 3.º classe dos serviços complementares do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra. (*Diário do Governo*, II série, n.º 203, 1972-8-31).

* Telma Martins da Paixão Nunes, bibliotecária-arquivista e estatística eventual do hospital Militar de Bissau, do Comando Territorial Independente da Guiné — rescindido o respectivo contrato, a seu pedido, desde 10 de Julho findo. (*Diário do Governo*, II série, n.º 205, 1972-9-2).

* Licenciado Luís de Gouveia Aveiro — contratado para exercer, com carácter provisório, as funções de terceiro-bibliotecário além do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II série, n.º 215, 1972-9-14).

* Licenciada Maria Valentina Cota do Amaral Sul Mendes — contratada para exercer, com carácter provisório, as funções de primeiro-bibliotecário além do quadro da Biblioteca Nacional de Lisboa. (*Diário do Governo*, II série, n.º 216, 1972-9-15).

* LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Segundo Concurso

Para os devidos efeitos se anuncia que se encontra aberto, pelo prazo de trinta dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, concurso documental de promoção para provimento de cinco lugares de segundo-bibliotecário do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, vagos pela promoção e aposentação dos titulares dos cargos e dos que venham a vagar durante o prazo de validade do presente concurso.

A este segundo, por ter ficado deserto o anterior, cujo anúncio foi publicado no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 6, de 8 de Janeiro último, poderão ser admitidos, nos termos do § 1.º do artigo 17.º do regulamento de concursos, os terceiros-bibliotecários, com qualquer tempo de serviço, e que entreguem até às 16 horas do último dia daquele prazo, no serviço a esse fim destinado, instalado no 1.º pavimento do edifício destes Paços do Concelho, com entrada pela rua do Comércio, requerimento, em papel selado, dirigido ao presidente desta Câmara Municipal, manuscrito pelo próprio.

Na Direcção dos Serviços Centrais e Culturais, 2.ª Repartição (Pessoal), serão prestadas quaisquer informações respeitantes ao presente concurso. (*Diário do Governo*, III série, n.º 111, 1972-5-11).

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado

Decreto-Lei n.º 46 359 o seu provimento num lugar de segundo-bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 117, 1972-5-18).

BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento num lugar de segundo-bibliotecário da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 117, 1972-5-18).

BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE PONTA DELGADA

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento no lugar de director (Segundo-bibliotecário) da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 117, 1972-5-18).

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, é aberto concurso para provimento de dois lugares de terceiro-conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Podem concorrer as pessoas diplomadas ou com o curso de bibliotecário-arquivista ou com estágio de preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 121, 1972-5-23).

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, é aberto concurso para provimento do lugar de terceiro-conservador do Arquivo Distrital de Viseu.

Podem concorrer as pessoas diplomadas ou com o curso de bibliotecário-arquivista, ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 121, 1972-5-23).

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968) e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, o seu provimento num lugar de segundo-conservador da Universidade de Coimbra.

Os candidatos devem apresentar nesta Direcção-Geral, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 122, 1972-5-24).

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, é aberto concurso para provimento de dois lugares de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Podem concorrer as pessoas diplomadas ou com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 132, 1972-6-6).

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA NACIONAL AOS TUBERCULOSOS

Publica-se que por despacho de 7 de Junho corrente, está aberto concurso documental para provimento do lugar de terceiro-bibliotecário dos serviços centrais do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos, em regime de tempo parcial, mediante a gratificação de 2 200\$00 por duas horas de serviço diário.

Ao mesmo poderão candidatar-se os indivíduos com menos de 35 anos de idade (salvo se já forem funcionários públicos) diplomados com curso superior e aprovados em exame de aptidão, habilitados com o estágio a que se refere o Decreto-Lei n.º 49 009, de 7 de Maio de 1969.

Os interessados, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49 397, de 24 de Novembro de 1969, estão dispensados da apresentação dos documentos, os quais só serão exigidos se houver lugar a provimento em face da classificação obtida no concurso.

Assim, para serem admitidos ao concurso, terão de apresentar unicamente requerimento, dentro do prazo de quinze dias, a contar da data da publicação neste aviso no *Diário do Governo* (...). (*Diário do Governo*, I série, n.º 141, 1972-6-19).

ARQUIVO DISTRITAL DE FARO

São avisados os terceiros-conservadores e os terceiros-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 16.º do citado decreto-lei, a sua transferência para o lugar de terceiro-conservador (director) do Arquivo Distrital de Faro.

Os respectivos requerimentos devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de dez dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*. (*Diário do Governo*, II série, n.º 155, 1972-7-5).

ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

De harmonia com o disposto pelos artigos 1.º, 2.º e 7.º, § 1.º, alínea f), do regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 31 317, de 13 de Junho de 1941, nova redacção conforme o Decreto-Lei n.º 31 364, de 3 de Julho seguinte, e 17.º primeira parte, do Decreto-Lei n.º 37 249, de 28 de Dezembro de 1948, anuncia-se a abertura de concurso documental, pelo prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, para provimento do lugar de terceiro-conservador do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e das vagas que eventualmente ocorram durante o correspondente período de validade, conforme foi autorizado por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Tesouro de 31 do mês findo.

Ao concurso serão candidatos os indivíduos que requeiram, habilitados com o diploma de bibliotecário-arquivista-documentalista, criado pelo Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, e regulado pela Portaria n.º 24 263, de 3 de Setembro do mesmo ano, ou com o curso de bibliotecário-arquivista a que se refere o mesmo decreto-lei, artigo 9.º, bem como o Decreto-Lei n.º 26 026, de 7 de Novembro de 1935, e de idade entre 21 e 35 anos, os quais poderão referir ou apresentar quaisquer circunstâncias ou documentos comprovativos de outras habilitações ou títulos literários ou científicos que reputeem susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal (...). (*Diário do Governo*, II Série, n.º 156, 1972-7-6).

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 46 009, de 16 de Maio de 1969, é aberto concurso para provimento de dois lugares de terceiro-bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Podem concorrer as pessoas diplomadas ou com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 187, 1972-8-11).

* São avisados os segundos-conservadores e os segundos-bibliotecários do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de

Julho de 1968) e do quadro referido no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 407/70, de 24 de Agosto, com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado Decreto-Lei n.º 46 350, a sua transferência para os seguintes lugares:

Dois lugares de segundo-bibliotecário da Reitoria da Universidade de Lisboa.

Os candidatos devem apresentar na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, dentro do prazo de dez dias, os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 190, 1972-8-16).

BIBLIOTECA NACIONAL DE ANGOLA

1 — Torna-se público que está aberto concurso documental, nos termos dos artigos 16.º e 17.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, para provimento do lugar de director da Biblioteca Nacional de Angola — letra F —, pelo prazo de trinta dias, a contar do presente aviso no *Diário do Governo* e nos Boletins Oficiais das províncias ultramarinas, ao qual podem candidatar-se os indivíduos licenciados com o curso de bibliotecário-arquivista.

O requerimento a pedir a admissão ao concurso deverá ser dirigida a S. Ex.ª o Ministro do Ultramar e entregue na Repartição do Pessoal Civil desta Direcção-Geral (4.ª secção) ou nos serviços de educação das referidas províncias (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 196, 1972-8-23).

BIBLIOTECA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

1 — Torna-se público que está aberto concurso documental, nos termos dos artigos 16.º e 17.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, para provimento do lugar de director da Biblioteca Nacional de Moçambique — letra F —, pelo prazo de trinta dias, a contar da data do dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário do Governo* e nos Boletins Oficiais das províncias ultramarinas, ao qual podem candidatar-se os indivíduos licenciados com o curso de bibliotecário-arquivista.

O requerimento a pedir a admissão ao concurso deverá ser dirigido a S. Ex.ª o Ministro do Ultramar e entregue na Repartição do Pessoal Civil desta Direcção-Geral (4.ª secção) ou nos serviços de educação das referidas províncias (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 196, 1972-8-23).

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, e do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de Maio de 1969, é aberto concurso para provimento de um lugar de terceiro-bibliotecário na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Podem concorrer as pessoas diplomadas ou com o curso de bibliotecário-arquivista ou com o estágio de preparação técnica de bibliotecários, arquivistas e documentalistas.

Os candidatos deverão apresentar nesta Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo* os seus requerimentos (...). (*Diário do Governo*, II série, n.º 223, 1972-9-23).